

CAPTULO IV

A IMIGRAÇÃO DOS CARIOS AO BRASIL

— 1100 A 700 A. C. —

Os conquistadores europeus encontraram no Brasil numerosas populações que se chamaram: Cara, Carara, Caru, Cari, Cariri, Cairari, Carahi, Carahiba, Caryo e Cariboca.

Na lingua tupi têm os nomes dos povos a mesma forma no singular como no plural. Diz-se: eu sou Cara; nós somos Cara. O mesmo costume encontra-se no Inglês, onde se diz: they are Irish, Dutch etc. (são Irlandeses, Alemães, Holandeses etc.). A mesma regra existia nas antigas línguas fenício-pelasgas. A lingua grega que é mais recente começou a formar o plural pelo sufixo s, cuja regra transferiu-se às línguas romanas. Por isso applicamos nós como plural as formas: Tupis, Caras, Caris, Cários etc., que não corresponde com a lingua tupi.

Aos padres portugueses declararam os pagés: Cara, Cari, Cário significa "homem branco". A cor branca é no tupi: tinga, também uma palavra pelasga, de cuja raiz vem nossa palavra tinger. A palavra tupi tabatinga significa "preparada de cal e argila branca". Mais tarde transferiu-se o nome tabatinga à argila dessa cor. A palavra

oea significa "casa" qualquer e pertence também às línguas fenício-pelasas. No grego mudou *oika* em *oeka*, *oika*, *oikia*; "admiração da casa" é, no grego, *oiko-nomia*, de onde vem nossa palavra "economia".

Então a palavra tupi *tabatinga* significa "casa branca"; mas *carl-oea* é "casa dos brancos", respectivamente dos Cários.

Essa curta explicação linguística contém a prova de que os "Cários brasileiros" são os descendentes dos homens brancos que imigraram para o Brasil, nos navios dos Fenícios, na época de 1100 anos a. C. em diante. A pátria desses imigrantes eram os países reunidos na confederação dos povos cários, a qual abrangia quatro divisões:

1º) Caru, que se estendeu desde o promontório Car-mel até o monte Tauros; a grande metrópole desse país era a cidade Tur (respectivamente Tiro). Os Gregos denominaram esse país Fenícia; hoje é chamado Síria. (15)

2º) Cari, que abrangia a costa meridional da Ásia Menor, a qual chamaram os Gregos *Kilikia*, respectivamente Chícia. Uma das maiores cidades dessa província era Taba, que nos lembra o *Ta-ba-jaras*, que pode significar: senhores de tabas ou cidadãos de Taba. O último significado parece mais razoável. Perto da cidade Taba passa o rio Pinaré, que nos lembra o rio Pinaré (não Pin-daré) do Maranhão, onde o lago Maracu mostra ainda hoje as linhas de estejos petrificados, que são os restos dos estaleiros dos Fenícios.

3º) Cara ou Caria, com a esplêndida capital Hali-Car-Nassos, cuja situação geográfica rivaliza em beleza com a do Rio de Janeiro, onde os Cários

(15) — Gaiando sob o domínio do Império Romano, a Fenícia foi incorporada à província romana da Síria que, curiosamente, recebeu esse nome pela corrupção da pronúncia grega do nome Tiro. Seus habitantes eram tírios, por conseguinte sírios. E a região, Síria, usado até hoje. (N. do Apres.)

fundaram uma colônia com o nome entusiástico: "Dos Cários Casa" (*carl-oea*). Na placa colossal da rocha, em cima da qual dorme hoje ainda o gigante brasileiro, cravaram aqueles navegantes de Halicarnassos, com letras lapidares, seus nomes e a data da sua chegada.

4º) Caramania foi o vasto "hinterland" que se estendia atrás de Caru e Cari, até o Eufrates. A capital dessa província era Carmana, e de lá vieram os pequenos comerciantes (Caramanos), que se estabeleceram no interior do Brasil. Esses viajaram nos navios dos Fenícios; mas esses últimos eram mercadores-capitalistas, que não trataram de comércio retalhista. Eis a origem do nome "Carcamano".

Amigos e aliados dos Cários eram os reinados Ion e Iliou. Os Gregos mudaram o nome Ion para Ionia e Iliou era Tróia, como Homero intitulou sua grande epopeia *Iliada*. Iônia abrangia a maior parte da costa ocidental da Ásia Menor e dominava no Mar Egeu; sua antiga capital era Efeso, um grande empório comercial e artístico.

Iliou-Tróia era a poderosa fortaleza do Noroeste da Ásia Menor, a cabeça de ponte do estreito, que separava o "país dos Assas" dos povos conquistadores do Norte.

A época de Car foi a "idade áurea" da humanidade, glorificada nas poesias épicas e líricas do Oriente. Na confederação cária não reinavam o militarismo e a opressão dos povos fracos. Justiça e intelectualidade eram os princípios governantes; as ciências e artes floresciam, o trabalho industrial e produtivo criou riquezas, a navegação fomentou o intercâmbio econômico e intelectual entre os povos, emissoários das ordens e propagadores do alfabeto, das letras e das idéias humanitárias percorriam os países, como narram largamente Diodoro da Sicília e outros historiadores.

Não menos de 72 cidades e vilas foram fundadas com o nome de Car. *Arábia feliz* era uma colônia dos Cários; no Egito nasceu a metrópole Caramia, e em Tebas (de 100

bauros!) foi dedicada a Car a "cidade santa" com os seus templos, sob o nome Car-Nak. Na Frígia, Moesia e Lídia, no Monte Libano, na ilha de Creta, nas ilhas e costas da Grécia, na Sicília, Itália e Ibéria, foram fundadas, pelos sacerdotes de Car, dúzias de cidades com o nome do grande progenitor. A metrópole do Norte da África era Car-thago; os Druidas da Gália denominavam sua universidade e a sede da ordem: Car-mutum, que quer dizer "aquí interpreta Car as leis divinas", e deram o mesmo nome Car-nak àquele vasto bosque sagrado da Breitãna, onde estão hoje ainda colocados 800 altos dolmens, e onde foram celebrados, na antiguidade, as festas nacionais e religiosas dos Gauleses. No Brasil foram fundados pelos sacerdotes de Car, respectivamente Piagas, diversos lugares sagrados, com o nome Car-mutum, o qual mudou no correr do tempo para Ca-nudo.

A "Idade áurea" da humanidade terminou, como desapareceu o lendário paraíso de Adão. A época da paz foi substituída pela era das invasões e guerras conquistadoras. Saíndo da Europa Central, invadiram povos fortes e numerosos, desde 1400 anos a. C., a península balcânica e se apoderaram progressivamente da Trácia, Macedônia, Tessália e Grécia. De lá eles prepararam seu avanço contra as ilhas e costas da Ásia Menor. O primeiro alvo foi a conquistada de Tróia, que lhes vedou a entrada à Ásia. Seis vezes foi conquistada essa cidade; mas sempre uniram-se os povos vizinhos, reconquistaram Tróia e expulsaram os invasores.

Finalmente, os povos gregos organizaram uma grande aliança, sob o comando dos Achaíjos, convidaram todos os guerreiros de grande nome, e caminharam contra Tróia, dispostos a conquistarem e destruírem definitivamente a grande fortaleza. Foi a guerra mundial da antiguidade. Ao lado dos Gregos combateram 54 povos; os Troianos tinham como sócios mais de 40 povos. As valentes Amazonas, sob o comando de sua rainha Pentestéia, não faltaram. Todas as tribos dos Jônios e Cários, todos os povos do interior da Ásia Menor, mandaram tropas auxiliares, armamentos e víveres, para ajudarem aos Troianos. Dez anos ou mais lutaram os Gregos sem resultado.

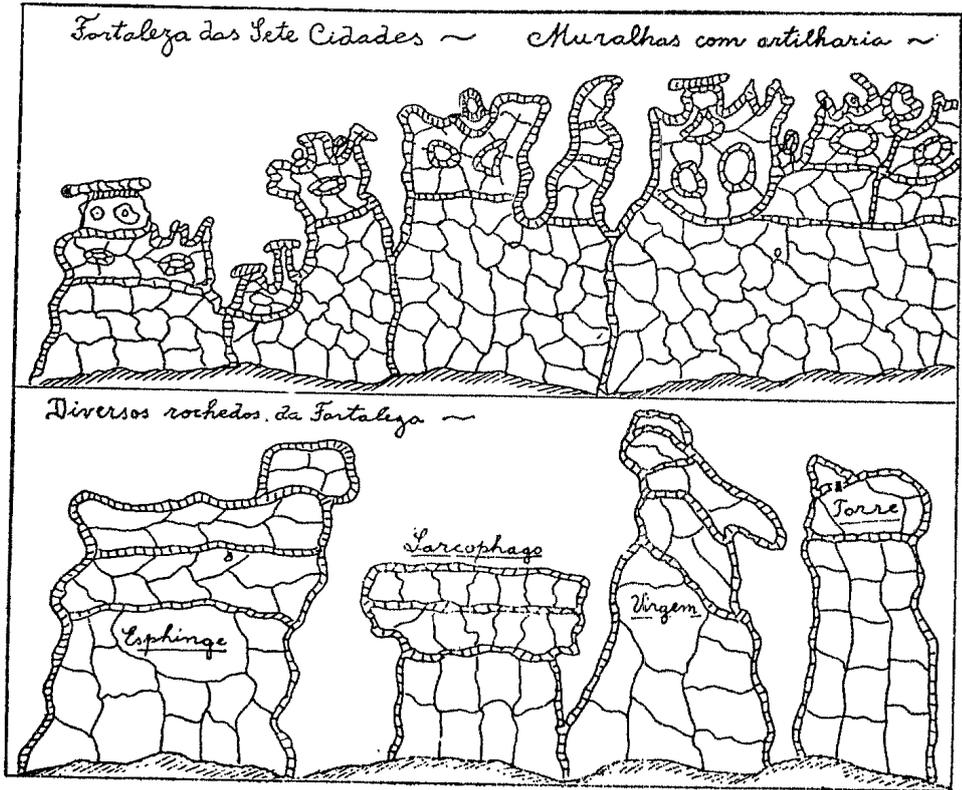
Morreram muitos nobres e heróis de ambos os lados. Mesmo o invencível Aquiles recebeu a flexa mortífera, e a epopeia imortal de Homero não nega que os Troianos e seus sócios opuseram uma resistência heróica aos Gregos.

Entim estes venceram, em 1184 a. C. e Tróia ficou em ruínas quase 3000 anos, até que o entusiasta Schliemann escavou, com mil trabalhadores, a afamada cidade, com o palácio do rei Príamo e com as outras localidades indicadas na Ilíada, de Homero. Schliemann provou, pelos documentos indeletáveis de pedras lavradas, que a guerra de Tróia não foi uma lenda, mas um acontecimento histórico de alta relevância, e hoje sabemos, pelas inscrições nas pedras lavradas do Brasil, que

as conseqüências da guerra troiana deram o impulso para o primeiro descobrimento do Brasil e a primeira emigração de povos brancos a este continente.

Os Gregos, senhores da passagem dos estreitos e da entrada para o interior da Ásia Menor, ocuparam todo o litoral da Íônia e Cária e todas as ilhas do Mar Egeu, inclusive a grande ilha de Creta. A ilha Koprois (no grego Kípros, no latim Cyprus, no português Chipre) ficou ainda alguns séculos contestada entre os Fenícios e os Gregos. Assim, o florescente reinado de Ion com Efeso, Kolofon e muitas outras cidades, e Caria com Halicarnassos, Meandro e Rhodo caíram em poder dos Gregos e foram heinizados. As populações indígenas foram escravizadas ou expulsas. Isso se deu na época de 1150 a 1000 anos a. C. e assim começou a época das emigrações dos povos do Mediterrâneo. Encontramos nas narrações dos antigos escritores muitas informações de que tribos pelagias e povos cários emigraram da Ásia e da Grécia para a Itália e Ibéria, e mesmo para as costas do Oceano Atlântico.

Depois, os Gregos iniciaram sua expansão colonial para Oeste e ocuparam Sicília e o Sul da Itália, desalojando passo a passo os Fenícios de suas colônias. Por todos esses motivos transferiram estes seu grande movimento marítimo às costas e ilhas atlânticas. Informados



pelos Tartessos e Atlantes sobre a existência duma "ilha enorme", no outro lado do mar, experimentaram os Fenícios a travessia oceânica, desde as ilhas de Cabo Verde para o Nordeste do Brasil, sobre que possuímos o documento histórico de Diodoro da Sicília.

Os Fenícios nunca chamaram sua terra de Fenícia; o nome era, como já explicamos, Caru para o país, bem como para o povo. Existiam também os nomes Canaã para o litoral e Araméia para a parte montanhosa. O nome Fenícios deram-lhes os Gregos aos navegadores de Tiro como apelido, significando "mercadores de tintas da ave fabulosa Fênix".⁽¹⁶⁾ A cidade de Tiro teve 300 tinturarias e fábricas de tintas finas, cujos segredos químicos os Gregos nunca descobriram. Na nomenclatura tupi acham-se os nomes Canaã e Aramés; mas em geral encontramos os nomes Cari, Cara e Caru. Caru-tapera, no Maranhão, era um estabelecimento marítimo e comercial dos Caru, entre as fozes dos rios Gurupi e Iriti. Nas margens desses rios exploraram os Fenícios as minas auríferas, e a colônia, situada na margem dum canal largo e fundo, que florescia durante muito tempo. Depois, quando os Caru abandonaram a colônia, ficou o nome "Taba dos Caru", que era Carutapera. Na chegada dos portugueses estava ainda ali uma aldeia de Tupis, que conheciam bem a existência das minas auríferas.

Os Fenícios tiveram um forte interesse para levarem ao Brasil muitos imigrantes. Já falamos no 2º Capítulo sobre a expedição dos Tirrenios à ilha de Marajó, sobre a aliança do rei Hirã de Tiro com os reis Davi e Salomão, da Judéia, para colonizar e explorar as terras do Alto Amazônia, e sobre a emigração duma parte da nação das Amazônias, com navios dos Fenícios. O grande número de emigrantes, porém, saiu dos países cários, inclusive Iônia.

(16) — O mestre Antenor Nascentes explica o nome Fenício vindo do grego Phoínikeioi, do latim Phoenícios. O termo grego vem de Phoínix, que significa cor vermelha, púrpura. É fato que na cidade de Tiro fabricavam a famosa tinta de púrpura, obtida das glândulas de um marisco chamado murex e usada como corante de tecidos. (N. do Apres.)

Os emigrantes denominaram Ion o litoral maranhense, que mostra, com suas centenas de ilhas e penínsulas, uma surpreendente semelhança com o litoral da Iônia asiática: **Maran-Ion**, que quer dizer "a grande Iônia". Os Greges do Piauí têm mãos do mesmo nome na Ilíria da Península Balcânica; sobre o nome de Taba-Jaras do Norte do Piauí e da Serra da Ibiapaba já falamos; os Poti-Jaras, que mudou para Poti-Garas e Poti-Guaras, tiraram seu nome de Poti, que significa na língua pelasga um rio pequeno, respectivamente afluente dum rio grande. Nas regiões dos Cários existem muitos rios de nome Poti. No grego mudou a palavra em Potamos. Meso-Potânia é a zona entre os dois Poti: Eufrates e Tigre.

Colônias e vilas dos Cários foram espalhadas sobre todo o território do Brasil; mas a maior parte dos Cários domiciliou-se no interior do Nordeste, entre os rios Tocantins e São Francisco. Nas serras e sertões do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco formaram os Cari e Cariri uma numerosa população branca, cujos descendentes representam hoje ainda a maioria da população. A raça indígena, legítima-brasileira, os Tapuias de cor parda e cabelos lisos e pretos, vivia nas regiões dos Cários, até a chegada dos Portugueses, em malocas, separadas dos brancos Tupis-Caris.

.....

A pergunta, como se pede efetuar, mil anos antes da era cristã, a navegação transoceânica, com milhares de emigrantes, responderam já os escritores da antiguidade. Heródoto narra que na ilha de Chipre, na cidade de Carasso, existiam oficinas e estaleiros, onde se construía grandes cargueiros com quatro e cinco mastros, que cabiam neles até 800 pessoas. Esses navios levaram em suas viagens grandes tanques de madeira com água doce, e na língua tupi encontramos a palavra *cara-meguará*, que significa "um grande tonel para guardar água", fabricado pelos mestres cários. Plínio conta que no tempo do Império Romano os estaleiros de Carapasso ainda tinham o monopólio de construir aqueles enormes veleiros chamados "carapassios".

Car foi um gênio universalista. Ele organizou não somente a vida estadual e religiosa; criou também bases seguras da vida social. Criou castas de operários e artistas e fundou escolas para ensinar as artes. "Car-pina" era a arte de lavar a madeira de pino (em português, pinho). As palavras carpinteiro, caravela, caravana, cardo, cardear, carro, carrilho etc., indicam a casta e escola de trabalho de madeira. A casta dos *Cara-muru* abrangia os operários de construção de edifícios e da fabricação de bronze, por meio de fogo.

Os pagés brasileiros explicaram o nome *caramuru* como "homem de fogo". A casta dos "caristas" era dos artistas, que lavraram pedras e fizeram obras de mármore. A casta dos "car-dapos" era dos farmacêuticos, e a lista dos nomes dos antigos remédios e preparos vegetais e químicas contém centenas de palavras, indicadas pela escola de Car. Na língua tupi apareceram também centenas dessas palavras, até as fibras de "Caro-até" (e não Coroatá) que usaram e cardearam as disciplinas da "Caria" para prepararem papel de linho e tecidos finos.

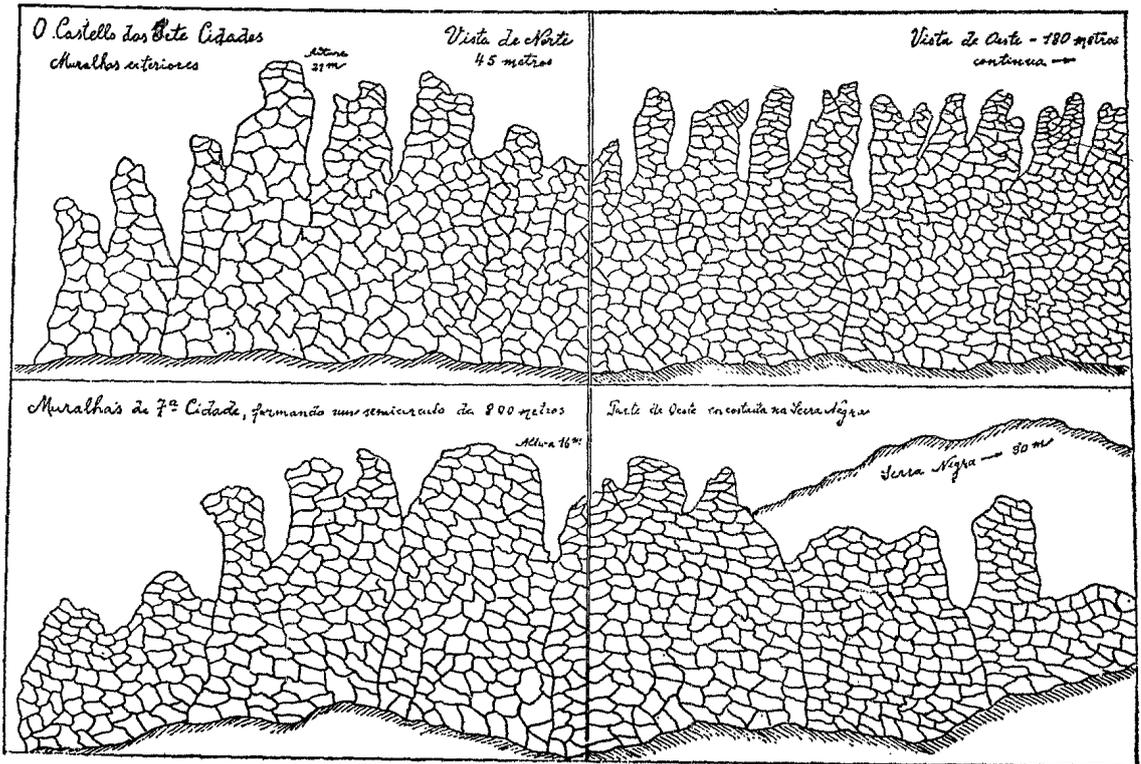
Os mestres cários eram os auxiliares dos navegantes e comerciantes fenícios, e foram eles que organizaram as grandes obras de mineração e da penetração econômica do interior do Brasil, sobre as quais falaremos nos capítulos seguintes.

CAPITULO V

A ESTACÇÃO MARÍTIMA "PEDRA DE SAL", A FUNDAÇÃO DE TUTÓIA E AS SETE CIDADES DE PIAGUI

As frotas dos Fenícios, navegando nas costas brasileiras desde 1100 anos a. C., estabeleceram aqui numerosas estações marítimas, onde os navios podiam abastecer-se de viveres e água doce. Foram lugares protegidos contra as violências do mar e escolhidos em terrenos onde moravam habitantes pacíficos. A longa prática daqueles navegantes tornou essa tarefa relativamente fácil. O autor encontrou vestígios de tais estações em muitos pontos do litoral, desde Bahia até o Pará, que serão descritas nas partes de seus estudos sobre os respectivos Estados.

O Piauí possui somente um curto trecho do litoral do Nordeste; mas os pontos pré-históricos que existem aqui são muito interessantes e instructivos. O delta do rio Paranaíba chamou logo atenção dos peritos marinheiros. A água dum rio de curso curto, que enche com a maré e seca com a vazante, tem aparência muito diferente dum rio, proveniente do centro do continente. Os navegantes, que conheciam o delta do Nilo, compreenderam



bem que os braços da foz do Parnaíba pertenceriam a um rio importante, que daria acesso ao interior do país.

Os indígenas tapuias chamaram esse rio de "Pará", que quer dizer que é muito grande e desagua no mar. Mas o prático navegador sabe que os braços dum grande delta-fluvial são sujeitos a rápidas mudanças de correnteza e por esse motivo é sempre conveniente procurar uma estação segura fora do delta, onde podem esperar os navios, para indagarem da entrada mais favorável. Por isso foi escolhida a estação de "Pedra de Sal".

Na costa de fora da "Ilha Grande de Santa Isabel", onde se estende a praia quase 30 quilômetros, sem colinas ou alturas, existem dois rochedos isolados, que podiam bem servir de balizas para a navegação costeira. O primeiro rochedo está na distância de 5, o segundo de 8 quilômetros, saindo do porto de Amarragaço. O canal que liga os dois rochedos é bastante fundo para dar um ancoradouro seguro a veleiros de grande calado; a abundância de peixe que existe ali durante o ano inteiro facilita a permanência dos navegantes. Nesses rochedos são cortados, na linha da alta maré, que aparece ali durante três dias por mês, poços de profundidade de 60 a 70 centímetros. Esses poços são salinas que se enchem com água salgada e secan durante o mês, deixando uma boa camada de sal cristalino. Os depósitos aumentam nos meses seguintes. Tais salinas, feitas para o uso dos pescadores e navegantes do alto mar, existiam na antiguidade, também nas costas do Mediterrâneo, como narra Heródoto. Na "Pedra de Sal", de Amarragaço, funciona até hoje essas antigas salinas, de que os pescadores se aproveitam para salgar do peixe.

Na parte superior dos rochedos acham-se os poços de água doce; um deles tem a profundidade de um metro. Ali fica guardada a água das chuvas, sempre limpa e potável. No rochedo da praia está hoje o farol, construído em 1873 pelo engenheiro Newton Cesar Burlamaqui; ao rochedo do mar que fica sempre banhado pelas águas está sobreposta uma grossa pedra esférica, que os pescadores denominam "o globo". Não se pode qualificar essa pedra redonda como uma representação ou um símbolo

do nosso globo terrestre, apesar de que os antigos navegadores do alto mar já sabiam que a terra tem a forma esférica. Usaram-se pedras dessa forma para mostrar que elas eram colocadas como balizas e pontos indicados às viagens marítimas e terrestres. No morro de Jeruacuará existe também uma pedra esférica sobreposta; no meio dos rochedos agudos de Quixadá encontra-se um globo quase perfeito, colocado numa das pontas proeminentes; em muitos outros lugares do Nordeste existem pedras semelhantes.

Lembra-nos também o grande globo na entrada do Mar Mediterrâneo, sobreposto num dos altos rochedos que os antigos escritores chamaram "As Colunas de Hércules". A lenda liga essa pedra esférica à história do rei Atlântico (ou Atlas), que foi condenado pela divindade a sustentar em seu ombro essa pedra, que representa a terra. Com certa razão deduzem alguns escritores modernos, dessa lenda antiquíssima, que os Atlantes, quer dizer os habitantes da desaparecida Atlântida, já conheciam a forma esférica do nosso planeta. Melhor razão para supormos que os navegadores fenícios tiveram também esse conhecimento. Em 1924 foi encontrada, na areia da praia da "Pedra de Sal", perto do rochedo de fora, uma mão indicadora que, talhada com certeza numa ponta do rochedo, indicava o rumo do canal.

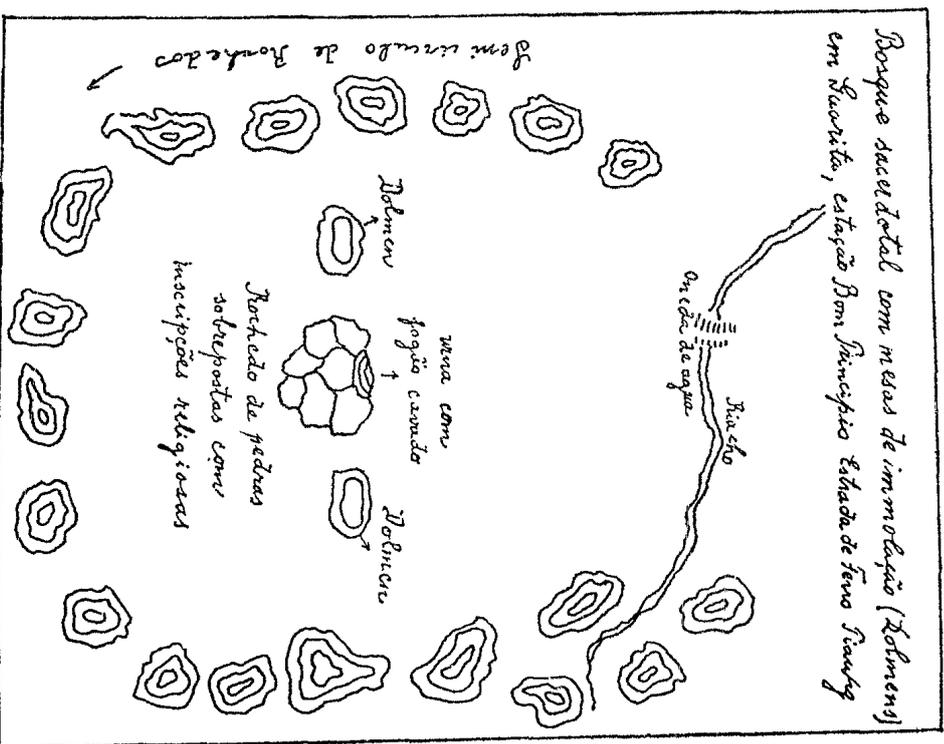
Aproveitamos a ocasião para lembrar que foi o fauloso governador do Piauí, Carlos Cesar Burlamaqui, a última grande figura da época colonial neste Estado, que estudou minuciosamente o delta do Parnaíba e compreenheu o valor e a significação das "Pedras de Sal". Foi ele que mandou fortificar, em 1808, quando Napoleão invadiu Portugal, a barra de Tutóia, com 3 fracas peças de canhões (as únicas que teve a sua disposição), fato que tanto irritou seu inimigo particular, D. José Tomás de Menezes, governador do Maranhão. Foi como um tributo de agradecimento ao nome daquele grande patriota que D. Pedro II encarregou seu neto, Newton Cesar Burlamaqui, de construir o farol do delta do Parnaíba, naquele ponto histórico e estratégico, já escolhido por seu avô.

.....

Entrando no braço principal do delta do Parnaíba, escolheiram os navegadores fenícios, respectivamente os emigrantes da Ásia Menor que chegaram nos navios dos Fenícios, o lugar, onde existe hoje a cidade de Tutóia, para construir uma praça forte, donde eles pudessem dominar a foz do rio. Deram a essa colônia o nome Tur-Tróia, a combinação dos nomes das duas afamadas cidades daquela época. Tur era a rica cidade metrópole da grande navegação e Tróia era a heróica vencida cujo nome trouxe a grinalda imortal da glória. Encontramos o nome Tur na antiga estação Touros (antigamente Turo), no Rio Grande do Norte, e na cidade Turi, do Maranhão, com sua filial Turana. Acharnos também o nome Tróia na ilha Troira, na foz do rio Maracassumé (mara-car-sumé), onde os Fenícios e seus associados descobriram o tesouro dos Montes Aúreos. O costume de cortar a letra r é muito antigo e usado também no tempo moderno, na língua luso-brasileira. É provável que os Tupis pronunciassem Turtróia ou Turtróia ainda no tempo da chegada dos Portugueses os quais cortaram o r, como eles escreveram a palavra tupi tartar (o fogo) como "tata".

A nossa tese fica sustentada por dois documentos: 1º) pela existência de antigas muralhas que encontraram os primeiros colonizadores portugueses, fora da aldeia dos Tremembés, chamada Tutóia; 2º) pelo testemunho do padre Claude d'Abbeville, que afirmou que os principais dos Tupinambás na ilha de S. Luiz não queriam dar aos franceses a permissão definitiva de construir o forte do Maranhão (em 1612), sem o consentimento do grande morubixaba de Tutóia, que era o chefe do litoral inteiro daquela zona.

O historiador Vernhagen opina serem aquelas pedras restos das muralhas que o primeiro donatário português, Antônio Cardoso de Barros, mandou construir. Mas parece pouco provável que esse donatário, que fez somente uma ligeira viagem na costa, sem parar no rio Parnaíba, tentacionasse fortificar aquela antiga vila, onde residia o morubixaba-chefe da região. Também, quando Jerônimo de Albuquerque quis ocupar, na sua expedição contra os franceses de S. Luiz, a foz principal do Parnaíba, o des-



tacamento incumbido dessa tarefa deixou Tutóia em paz e construiu uma pequena estação no entroncamento do braço Igará-assu. O escritor da "cronologia Paulense", F. A. Pereira da Costa, chama essa estação de "casa forte de Pirá ou Pirajá", mas não pode indicar o lugar onde foi construída. Não se pode ligar esses acontecimentos com as antigas muralhas de Tutóia.

Varnhagen acha importante o fato de que os restos daquelas muralhas mostrem pedras ligadas com cuidado; essa mesma circunstância fala em favor da antiguidade dessas muralhas. Os pedreiros antigos não só sabiam preparar a argamassa de pedras com cal, mas também com diversas espécies de cimento, embora Antônio Cardoso de Barros não tivesse, provavelmente, tempo para procurar cal e fazer casas fortificadas, que logo depois caíram em ruínas. Eis a mesma controvérsia, surgida pelo fato de que no Maranhão, na península situada em frente à cidade de S. Luiz, foram encontrados restos de antigas muralhas, cuja origem não pôde ser comprovada do tempo dos Europeus. Na ponta da península de Carnocim (Ceará) foram encontrados os mesmos vestígios de antigas muralhas, e na ilha de Troina (Maranhão) os navegantes ainda hoje avistam grandes blocos de pedras, provenientes de muralhas duma praça forte e alta.

.....

Resumamos: os navegantes de alto mar procuraram primeiro a estação de fora, a "Pedra de Sal"; depois eles entraram com boa maré ao braço de Tutóia, onde lançaram ferro no ancoradouro. Dali visitaram a cidade que era ligada com o rio por um estreito canal, que enche e vaza com a maré. Esse não podia ser um porto para longa demora. A antiga navegação não tinha linhas de carreira, como as modernas companhias marítimas. Os navios fizeram viagens comerciais que demoraram muitos meses e anos. Um veleiro grande, que fez a viagem do Mar Mediterrâneo a Tutóia, trouxe para cá centenas de emigrantes e um grande carregamento de fazendas, ferramentas, armas de bronze, objetos artísticos e bebidas finas. Em troca dessas mercadorias o dono quis ouro, prata, cobre, esta-

nho, pedras preciosas e principalmente salitre ("nitíngua") para os ambalsamadores dos mortos, no Egito .

Um tal comércio não pôde ser realizado em Tutóia mesmo. O dono ou o encarregado do navio devia fazer longas viagens ao interior; devia organizar empresas de minas e estabelecer agências nos principais pontos de comunicação. Mas onde devia ele deixar o navio, que necessitava de consertos e não podia ficar no ancoradouro aberto de Tutóia? Os grandes peritos em navegação sabiam resolver esse problema com facilidade. Eles procuraram um lago fundo com bom acesso para seus navios e construíram ali um porto terrestre, com estaleiros, e com uma colônia agrícola. Deviam também existir por perto florestas com boas madeiras de construção naval.

Os Fenícios encontraram esse porto fluvial no lago São Domingos, onde é situada a cidade Burtí dos Lopes. O rio Longá desagua nesse lago, que se comunica com o rio Parnaíba por um canal de 12 quilômetros de comprimento. Hoje esse canal não é bem navegável, mas nunca falta água suficiente, e um engenheiro que queira examinar o valor desse canal logo constatará que antigamente existiu uma boa estrada fluvial. Um exame metuciloso do lago mostraria muitos sinais ou restos de antigos estaleiros e aterros, como já foram achados na vizinhança do lago diversos letreiros.

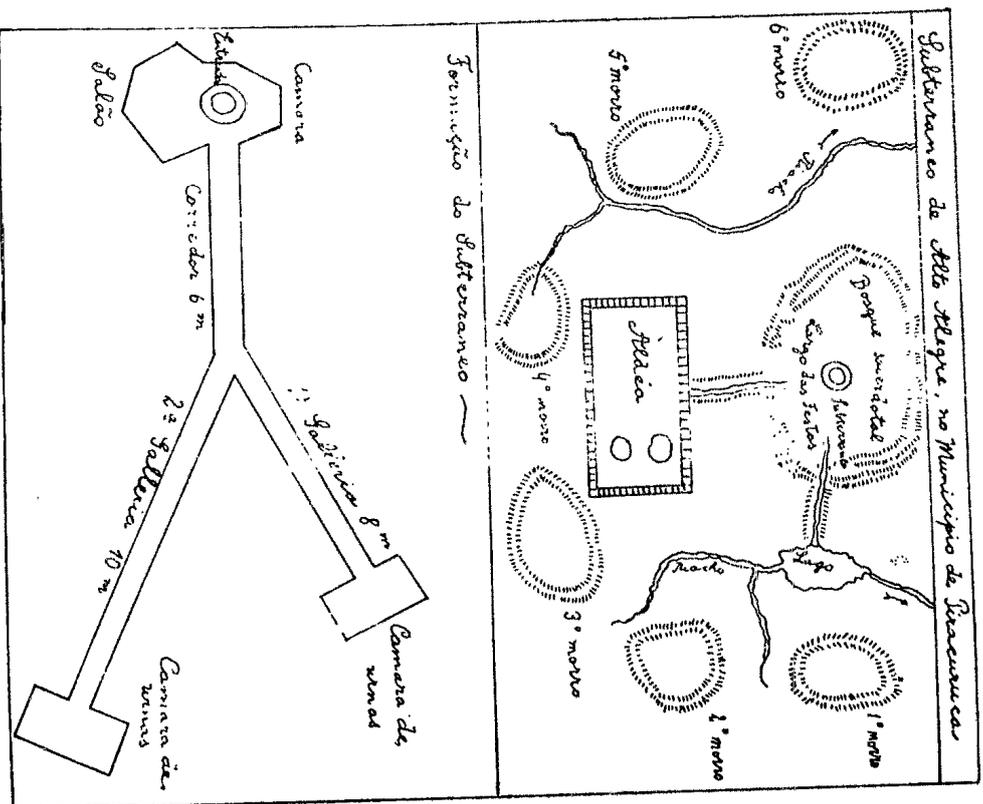
Sobre as estradas que saíam do lago São Domingos para a Serra de Ibiapaba e para o Alto Longá falaremos mais tarde; aqui seja explicado o seguinte: Maranhão teve portos fluviais dos antigos navegadores em três lagos que existem na confluência dos três rios Mearim, Pinaré e Grajaú. São os lagos Maracu, Verde e Assu, onde existem ainda longas linhas de esteios petrificados, em cima dos quais estavam os estaleiros. Rio Grande do Norte teve dois portos fluviais: no Lago Geral, perto dos Touros, e no lago de Estremós, este último com antigos aterros e subterrâneos. Ambos os lagos são ligados com o mar através de canais artificiais de 10 e 11 quilômetros de comprimento.

A respeito dos nomes Burtí dos Lopes e Longá não pôde o autor encontrar documentos de que esses nomes foram dados pelos colonizadores portugueses. O nome

Lopes, no português, parece ser derivado de "lobo", mas no tupi existe o nome "lobo", que Teodoro Sampaio traduz como "tapuia brabo ou selvagem errante". Assim poderia significar que o "Burtí dos Lopes" era antigamente um burtizal, infestado por indígenas brabos. Podemos também lembrar que a palavra lobo, e luppo, (em português, lobo) já existia na língua pelasga, e que não seria impossível que os imigrantes cários tivessem importado essa palavra ao Brasil. Essa pequena explicação etimológica devia mostrar que o nome "Burtí dos Lopes" não exclui a possibilidade de que essa vila já existisse na antiguidade, quando ali estava o receptáculo dos cargueiros transoceânicos. O significado do nome Longá parece ainda mais complicado, apesar de que a palavra tem o som português. A derivação do tupi é bastante difícil; existe, porém, a palavra tupi *logá*, que pode significar "vermelho". No inverno chuvoso mostra o rio Longá uma cor vermelha!

Entremos agora no lugar principal do antigo Piauí, nas afamadas "Sete Cidades".

No 2º Capítulo é largamente narrado como começou, no tempo do Infante D. Henrique, a caça da "cavalariada", para procurar a lendária "Ilha das Sete Cidades". Depois, o açorense Fernando Teles apresentou, em 1473, ao rei Afonso V o mapa dum extenso litoral, e chamou ele a costa da ilha das Sete Cidades, e para a qual pediu uma carta régia de doação. Teles possuía diversas caravelas; seus filhos e seu genro Fernando Ulmo foram pilotos e todos eles navegaram nas ilhas das Antilhas e nas costas setentrionais da América do Sul. Também Afonso Sanches, de cujo roteiro aproveitou-se Colombo para o seu "descobrimento do Novo Mundo", esteve primeiro a serviço de Fernando Teles. Amigo de Sanches foi João Afonso de Estreito, morador da ilha da Madéira, e quando Sanches morreu misteriosamente na casa de Coimbra, respectivamente Perestrelo, na mesma ilha da Madéira, procurou logo João Afonso de Estreito a Fernando Ulmo, no sentido de organizarem uma nova empresa e impedir que Colombo pudesse tomar posse da ilha das Sete Cidades. Estreito e Ulmo foram a Lisboa e receberam do



rei D. João II uma nova carta de doação, na qual o rei prometeu auxiliar a empresa dos dois donatários, com soldados e navios da Armada portuguesa, para conquistarem "AS ILHAS E TERRAS FIRMES DAS SETE CIDADES".

Esse o teor da carta régia, cuja cópia existe no arquivo da Torre de Tombo, a qual afasta qualquer dúvida de que a Junta dos Matemáticos e o rei mesmo estavam convictos de que a "ilha" das Sete Cidades era um continente, com muitas ilhas e terras firmes. E mais: Fernando Teles e seus auxiliares, apresentando um mapa de um litoral com muitas ilhas, só poderiam ter andado na costa do Maranhão até o delta do Parnaíba. Mais para o Sul a costa não tem mais ilhas e canais, e se eles tivessem navegado na costa do Pará deviam ter conhecimento do rio Amazonas, que é excluído por todas as circunstâncias.

O teor da carta régia é também a prova inegável para o fato de que Fernando Teles ou sua gente esteve no Piauí antes da primeira viagem de Colombo, e que eles tinham notícias certas da existência das Sete Cidades do Piauí. Os fatos deram-se, com certeza, da seguinte maneira: a primeira carta de doação, concedida a Fernando Teles em 1475 fala só da "ilha" das Sete Cidades, que o donatário queria povoar, e esse documento é baseado na declaração do geógrafo Florentino Toscanelli, o qual afirmou que essa "ilha" existia na realidade, sendo, porém, a mesma que se chama também "ilha das Antilhas". A junta aprovou essa doação, depois de longas discussões, e Teles ficou intimado a estudar bem a situação da apetejada ilha.

Teles levou nessa viagem, com seus companheiros, de 5 a 6 anos e morreu antes de voltar a Lisboa. É certo que "ele andou nesses anos pelas costas brasileiras e indagou em toda parte da ilha pelas "Sete Cidades". Os açorenses sempre tinham pessoas que entendiam a língua tupi, e entrando Teles no rio Parnaíba foi, ele mesmo ou um dos seus pilotos, informado — provavelmente em Tutóia — que as Sete Cidades existiam no interior do Piauí. Acho eu que eles fizeram também uma viagem por terra e visitaram a antiga "metrópole". Em 1484 chegou Fernando Ulmo a Lisboa e declarou ao Governo: "A ilha das Sete Cidades é um grande país com muitas ilhas e terras firmes, com

uma antiga cidade de sete divisões". E aprovou com um mapa a sua afirmativa.

Isso não é vaga suposição. Era rei de Portugal D. João II, um grande diplomata e geógrafo da escola do Infante D. Henrique. Ele nunca teria dado a Ulmo aquela carta de doação para "conquistar as ilhas e terras firmes das Sete Cidades", se, com seus conselheiros, não achassem essa empresa perfeitamente séria. O motivo por que esse projeto não foi logo realizado deve-se à falta de recursos da parte de Ulmo que, associando-se a Estreito, este não cumpriu suas promessas. Também os capitalistas de Lisboa, que já tinham perdido tanto dinheiro com os projetos de Colombo, não estavam dispostos a ajudar aqueles pobres pilotos que não sabiam conversar e fazer propaganda nos meios da alta sociedade.

Mas o governo não ficou inativo. Os conselheiros do rei sempre estudaram o caso, e recebendo a notícia de que os espanhóis Pinsons tinham chegado ao mesmo continente, embora muito mais para o Sul do que os pilotos de Teles, prepararam eles as bases geográficas para a grande vitória diplomática de Portugal, no tratado de Tordesilhas. O nome de "Ilhas das Sete Cidades" para o Brasil ficou eliminado, pelo motivo de não corresponder à realidade, mas isso não diminui o seu valor histórico.

.....

As sete Cidades de hoje pertencem ao município de Piracuruca, cuja linda sede, com largas e grandes praças, não lembra mais o antigo aldeamento dos Genípagos, fundado pelo encarregado de Domingos Maftense. A sudoeste de Piracuruca encontram-se as Sete Cidades, distante 17 quilômetros. Perto da entrada existem alguns moradores com agricultura pouco desenvolvida. A estrada de rodagem fica longe, desviada para a serra e a cidade de Itamarati, hoje denominada Pedro II. O caminho para as Sete Cidades se perde dentro de mata baixa e cerrada, e entre rochedos isolados. Subitamente os cavalos param perante uma linha de rochedos de 3 a 5 metros de altura, semelhante a uma longa linha de fortificações, atrás a qual são escondidos os batalhões de caçadores que vedam a passagem ao inimigo avançante. Com dificuldade passam os

cavalos esses rochedos e entram num estreito desfiladeiro; mas a vista fica tomada pela muralha da "fortaleza", formada por blocos de pedras, altos até 10 metros. Transpõe-se esse forte poderoso por uma estreita rua, flanqueada por muros, fortificados por pesadas peças de artilharia. A ilusão é quase completa. Mas os supostos canos de canhões são chapas de ferro fracos, derretidos na cremação vulcânica antediluviana, enquanto o interior das pedras compõe-se de areia, spath e pouco granito. Por efeito do sol e da ação atmosférica dobrou-se essa capa de ferro e ganhou a aparência de canos de ferro. Algumas pedras mostraram altas figuras fantásticas e, tendo sempre aquela capa de ferro, parecem elas ser monumentos ou estátuas de bronze, fundidos pela arte humana.

A fortaleza abrange uma área retangular de 25 hectares, isto é, um quarto de quilômetro quadrado; para leste enxergam-se mais alguns contrafortes. Depois dum pequeno intervalo, na planície, a estrada entra na "Primeira Cidade", cuja área é a dupla da Fortaleza. Os rochedos formam duas linhas compridas, entre as quais estende-se um estreito campo, interrompido por rochedos menores e altos. Uma fonte de água tépica e mineral indica ainda a antiga ação vulcânica e um arvoredo sombrio dá a essa cidade de pedras a aparência de um lindo parque. A "Segunda Cidade" tem uma extensão muito maior. Na parte oriental formam os rochedos diversas ruas e uma avenida larga e extensa, na direção da serra oposta. Muitos rochedos apresentam, de longe, a pequena forma de casas, algumas com sobrado, outras com arcos e pequenas torres; mas, vendo de perto, o visitante reparava somente blocos de pedras.

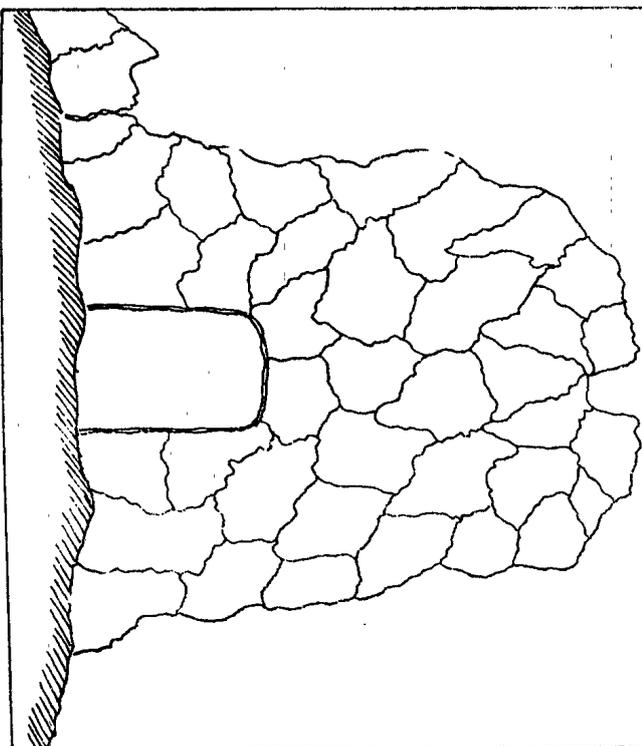
"Terceira Cidade" está na mesma altura, com grande "Castelo" que forma o centro. As muralhas desse enorme edifício levantam-se até 20 metros de altura. É dividido em 3 partes: o primeiro salão era o lugar do Congresso, isto é, da reunião dos delegados e deputados; o segundo salão era a sede do supremo morubixaba, isto é, governador eleito como chefe de todas as tribos por um certo prazo. O terceiro páteo amplo era o templo onde o Sumé, assistido pelos piagas, administrava suas funções religiosas. Ali está a

grande estátua do sacerdote-chefe, de escultura primitiva, e, a um lado, vê-se a suposta biblioteca, um lote de pedras lisas e finas, cortadas simetricamente. A tradição popular diz que essas pedras continham escrituras, apagadas pelo longo espaço de dois milênios. A largura exterior das muralhas das duas salas mede 45 metros; o comprimento da grande muralha lateral é de 150 metros, então um "Palácio do Governo" de dimensões colossais.

As outras quatro "Cidades" que rodeiam o Castelo no Sul mostram o mesmo sistema e a mesma aparência das primeiras. São largas aglomerações de rochedos de 3 a 5 metros de altura, que cercam pequenas praças e planícies. A "Sétima Cidade" tem aspecto muito lindo; suas muralhas sobem, numa curta distância, a Serra Negra, e rodeiam, num semi-círculo, um campo fértil, com tanques subterrâneos e água perene. As Sete Cidades são encostadas à Serra Negra, que se levanta a 120 metros ao nível da planície. Da altura dessa serra o visitante divisa esse imenso campo de pedras e rochedos. Primeiro parece ser tudo um vasto deserto petrificado mas, pouco em pouco, tudo ganha vida. A Fortaleza parece ocupada por centenas de soldados; o alto Castelo aparece na sua posição soberana; avistam-se bem as circunferências das sete grandes aglomerações e, nas ruas e praças das cidades, dá-se o intenso movimento de habitantes. — Hoje tudo isso é ilusão. As Sete Cidades abrangem uma área de 20 quilômetros quadrados, mas agora não mora lá ninguém; nem animais aparecem para saturar-se nos seus férteis campos. Antigamente não acontecia assim.⁽¹⁷⁾

(17) — A descrição que faz aqui o autor, das Sete Cidades, não difere da de centenas de outros que visitam aquela região. O Conselheiro Tristão de Alencar Arraipe, na Memória lida perante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 9 de dezembro de 1886, transcreve o artigo publicado pelo sr. Jacome Avelino, na Constituição do Ceará, sob o título — Cidade petrificada no Pauú, a qual fica ao sul da cidade de Piracurua, em uma extensa planície, onde se demorou três dias, tendo visto pedras que se assemelham a peças de artilharia, algumas delas em forma de muralhas, torres e casas, havendo também sete praças, donde vem o nome de Sete Cidades. (N. do Apres.)

*Pyramide de Charvã
com 2 portas abertas nos lados oppositos*



A descrição dada nas precedentes linhas foi escrita depois de uma visita que o autor fez às Sete Cidades, em companhia de cultos amigos. Ninguém, salvo quem venha com o intuito e o propósito de negar tudo, poderá subtrair-se de uma impressão profunda, provocada pela grandiosidade desse cenário maravilhoso, que deixa passar perante nossos olhos mil pensamentos sobre os mistérios da natureza e da história do gênero humano. Saímos todos entusiasmados e convictos de que passamos alguns dias num lugar incomparável e consagrado pela alma brasileira.

Fica o mister de examinar tudo pela lente clara do historiador. Lembremo-nos que os documentos, escritos em latim, a respeito da "insula septem civitatum", recuam até 700 anos d. C. Aquelê arcebispo de Porto Cale recebera as informações sobre a existência dessa "ilha" da parte de navegadores que tinham esses conhecimentos há muito tempo. Foram os navegadores árabes que contaram da existência da grande ilha Cipango ou Sipanga e os navegadores do Mediterrâneo disseram que esse nome significava "ilha das sete civitates ou sete cidades". Marco Polo declarou que Sipanga era o Japão, mas suas próprias medidas geográficas indicam América do Sul e os Japoneses declararam que sua pátria nunca teve esse nome.

Toscanelli, que nada sabia das antigas navegações dos Fenícios ao redor do Brasil, nem tinha conhecimento das descobertas de Fernando Teles, escreveu ao rei Afonso V (em 1475) que Sipanga era uma grande ilha, ao Sul das Antilhas, quer dizer: o Brasil mesmo. Toscanelli confundiu a "ilha das Sete Cidades" com a "grande Ilha Antilha", mas isso não tem importância. O ponto essencial é que, muitos séculos antes das viagens de Colombo e Cabral, a existência das "grandes ilhas" Sipanga e das Sete Cidades era conhecida, na Europa, e que os geógrafos as colocaram ao espaço ocupado pelo continente sul-americano.

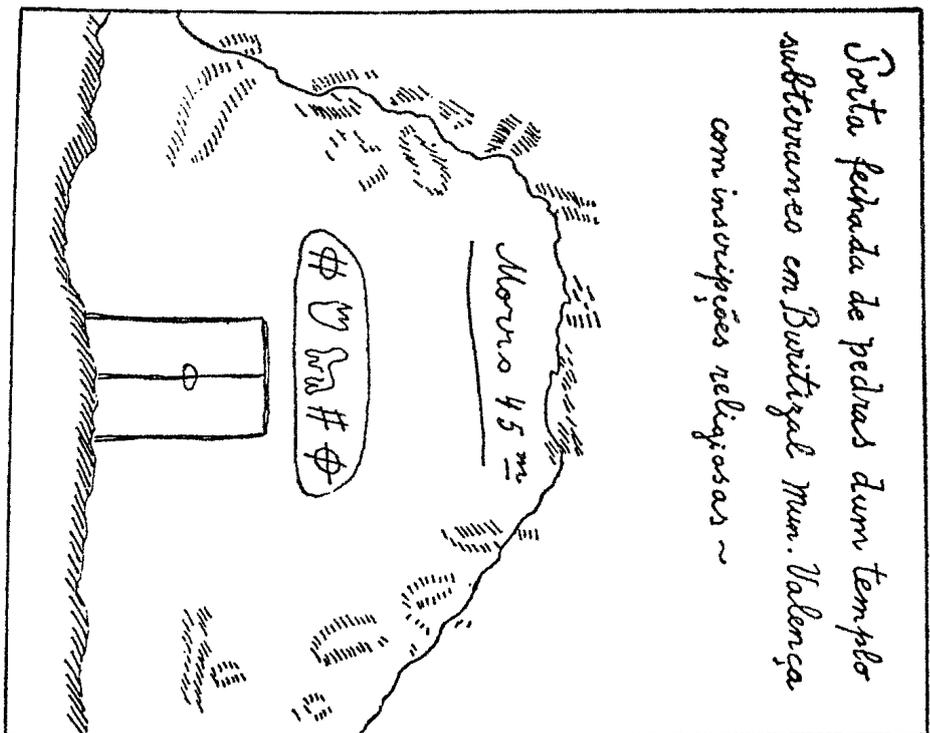
Encontramos no Brasil centenas de nomes geográficos, conservados piedosamente, sem qualquer alteração, há 2500 anos; como podemos estranhar que o nome Sipanga no sentido de "país das sete almas do povo, ou dos sete povos, ou das sete cidades" tenha ficado conservado até

os tempos modernos? Os europeus encontraram no interior do Brasil centenas de pagés que se chamavam ainda "piagas". Erram homens instruídos e de grande moralidade. Os padres os chamaram de "feiticeiros"; mas o povo sempre respeitava a periferia e sagacidade desses homens, que eram sacerdotes populares, que dirigiam as festas nacionais, assistiram aos sacrifícios e cortaram com seu "paguei" os animais ou prisioneiros imolados, eram médicos e farmacêuticos que conheciam todas as plantas medicinais e sua aplicação, eram juizes de paz, ajustavam os acordos entre os partidos litigantes, e ensinaram a seus discípulos a língua nhenhen-gatu, as crenças religiosas e a astronomia rudimentar. Esses piagas guardaram as tradições nacionais e conservaram a língua tupi até a chegada dos Europeus. Os padres, que tiraram seus conhecimentos sobre a formação gramatical da língua tupi das explicações desses supostos feiticeiros, evitaram timidamente confirmar esse fato.

A chave para compreender a fundação e significação das "Sete Cidades", dá-nos o antigo nome de Piahy, que era "Piaguí". Nos documentos históricos que juntou F. A. Pereira da Costa na sua excelente "Cronologia", encontramos as formas: Piaguí, Piaguby, Piagoy e Piagohi, mas nunca Piahy, que apareceu pela primeira vez em 1739. Somente nos primeiros séculos do Império foi adotada, como nome oficial da província, a grafia Piahy, e ignorantes explicaram esse nome como "rio de peixe piau".

Piaguí não pode ter outro significado do que "Casa, respectivamente terra dos piagas"; a terminação i, na língua tupi, indica o "locativo", como em latim, no grego e nas línguas pelasgas. As letras i e y significam no tupi "água" ou "riacho", na posição de prefixo, como em igara, igarapé, ipiranga, icatu etc. Existem exceções dessa regra; mas "Piaguí" não é uma tal. A história do grande "Car-Nutum" da Ordem dos Druidas, na antiga Gália, "Canudo" na língua brasileira) explica bem o sistema de fundação de centros religiosos e nacionais pelas antigas ordens. Júlio César, o escravizador da nação gaulesa e inimigo dos Druidas, narra no 6º livro de seus comentários e organização daquela ordem. Carnutum foi escolhido como lugar cen-

*Sorta fechada de pedras dum templo
subterraneo em Buitagal Num. Valencia
com inscripções religiosas ~*



tral de toda Gália e o estabelecimento da ordem era cercado por vastas florestas e bosques sagrados. Os membros da ordem eram divididos em três graus. Como discípulos e adeptos somente foram aceitos filhos de boas famílias, que estudaram as ciências da ordem durante muito tempo, até 20 anos. Todas as 80 tribos da nação gaulesa pagaram um tributo para a manutenção da ordem. O grão-mestre foi eleito como vitalício, pelos membros do 2º grau, e sendo empossado na sua dignidade, o alto chefe (Sumer) não pôde mais sair de Carnutum, para não ser envolvido nas questões políticas. Mil anos depois adotou a igreja católica o mesmo sistema.

As festas nacionais dos Gauleses foram celebradas também em Carnutum; mas, com o correr dos séculos, quando o confluxo dos populares cresceu a centenas de milhares, achou a ordem conveniente fundar mais um centro popular, onde se podia organizar grandes feiras, ludos gñásticos e outras festas. Para esse fim foi escolhida a planície de Karnac, na Bretanha, onde se admira ainda hoje inumeráveis mesas religiosas de pedras, chamadas dólmens.

No Norte do Brasil, onde foi primeiro organizado o domínio colonial dos Cários, escolheram os piagas o campo das Sete Cidades para ser a sede da Ordem e o centro nacional para as populações imigrantes. Deviam fundar para esse fim uma grande cidade, mas a Natureza — na sua crença, Tupã mesmo — já construíra essa cidade, com um esplendor e uma grandeza tal que o trabalho humano não poderia criar uma obra igual. Assim podemos compreender como o grande Castelo do meio e as centenas de altos muros e rochedos fantásticos foram aproveitados para formarem uma cidade sagrada, onde podia reunir o congresso nacional.

Tais reuniões foram a base dumna nação. Os Gregos constituiram a unidade da nação helênica pelos ludos olímpicos, que eram celebrados em intervalos de 4 anos. Olímpia foi uma aldeia no interior de uma estreita planície. Mas quando chegaram as delegações e os populares de todos os cantões e das colônias, espalhadas sobre todos os países, desde o Mar Negro até as Colunas de Hércules,

constituiu-se naquela pequena planície o alto Congresso da Nação, do qual fizeram parte os chefes políticos, os escritores, os artistas de música e canto, os escultores e poetas, os cavaleiros e atletas, os ginastas e esgrimadores, e muitos milhares de populares.

Todos os fortes e democratas povos da antiguidade, como nos tempos modernos, tinham seus congressos nacionais, os quais só o despotismo detesta. No tempo do Império Romano, também, os congressos nacionais foram proibidos.

Os Tupis foram uma nação democrata, como todos os povos pelasgos. O costume de celebrar congressos nacionais existe ainda hoje em todas as partes do interior do Norte e Nordeste do Brasil. Os Tupinambás do Maranhão conservam até hoje o seu congresso de Mulungu, que reúne anualmente 10.000 ou mais pessoas, vindas de todas as regiões do Maranhão, de Goiás, do Pará e do Amazonas, onde os Tupinambás tinham colônias desde a antiguidade. Joazeiro, do Araripe, foi o centro nacional dos Cariris, desde 2000 anos. A veneranda figura do padre Cícero presente, há 30 anos, a união dos dois cargos nacionais, do Sumé como supremo sacerdote, e do Morrubixába como governador vitalício. Mesmo na grande festa do Pará, no "Cirio", conservam-se muitos traços e costumes da antiquíssima romaria, em honra de deusa Iris, de onde vem o nome "Isirio", hoje modificado para Cirio.

O congresso do Piauí perdeu sua antiga celebridade, provavelmente devido à decadência da ordem dos piagas. Os membros, formados na sede central, estabelecerao novas escolas, chamadas "canudos", e a imensidade do território brasileiro dificultou as comunicações contínuas com Piauí. Também surgiram rivalidades entre diversas tribos. Os três povos predominantes, os Tabajaras, os Potiguares e os Tupinambás, ambicionaram, cada um, a chefia sobre todos os povos tupis e seus afiliados, o que provocou guerras de longa duração. Os Tupinambás estabeleceram colônias em Goiás e na Amazônia, para ali dominarem, mas reclamaram para si também a zona do rio São Francisco, com a "Grande Lagoa". Ligaram-se, ali, às tribos tapuias, de modo que, à chegada dos Portugueses, todas

as tribos indígenas da Bahia chamavam-se Tupinambás, apesar de mostrar os tipos e traços de Tapuias.

Um outro motivo para o abandono de Piauí foi a circunstância de serem descobertas as ricas minas de prata e salitre na Bahia e as de ouro e salitre em Minas Gerais e Mato Grosso. Os engenheiros egípcios, contratados pelos Fenícios, construíram as longas estradas de penetração, saindo da costa oriental, no rumo de sudoeste. Por isso o ponto de gravitação, no trabalho colonial, foi transferido do Norte para o Sul do país.

Mas a lembrança do maravilhoso Piauí, com suas sete cidades de pedras, ficou sempre viva e latente na alma do povo, fomentada pelas tradições dos piagas, que nunca esqueceram o antigo berço da sua organização nacional e intelectual.

CAPÍTULO VI

O RIO PARNAÍBA, A DISTRIBUIÇÃO DOS TUPIS E A GRANDE LAGOA

Falamos sobre o delta do Parnaíba e a zona do litoral do Piauí; falaremos agora sobre o rio Parnaíba, propriamente dito, e seus afluentes.

O território dos Tabajaras abrangia a parte setentrional do atual Estado do Piauí, limitado ao Norte pela costa, a Oeste pelo rio Parnaíba, ao Sul pelo rio Poti, e a Leste pela Serra de Ibiapaba, quer dizer, pela linha do alto barranco dessa serra. Este se estende desde a costa, quase em linha reta para o Sul, no comprimento de 400 quilômetros, de maneira que a serra fica ligada, geograficamente, à planície do Parnaíba. As Sete Cidades, chamadas antigamente Piaguí, formam quase o centro desse território e, conforme o sistema usado no Brasil, como também em outros países, foi dado à região o nome do lugar mais importante. Assim o "Piauí pré-histórico" tinha uma área muito diferente daquela do Estado atual.

O território além do rio Poti era ocupado pelos Potiguares; mas seria mais exato dizer que aqueles emigrantes pelago-cários, que se domiciliarão ao Sul do rio Poti, chamaram-se Potiguares, isto é, Senhores de Poti. Estes

estenderam suas sedes, nos séculos seguintes, no rumo do Leste, até o Rio Grande do Norte, e no rumo de Sudeste até Pernambuco. Os emigrantes que se colocaram no Ceará, nas serras de Muruoca, Maranguape e Baturité, e aqueles que tomaram posse da grande chapada de Araripe, ficaram com os nomes Caris e Cariris, e estenderam suas sedes, mais tarde, até às grandes serras da Paraíba. Os Gueges contentaram-se com o lado oriental do rio, hoje chamado Piauí, embora o lado ocidental do mesmo rio fosse ocupado pelos Tupinambás, que reclamaram um livre acesso para a "Grande Lagoa".

O Sul do Maranhão pertenceu antigamente a Goiás. Isto é, a "Terra dos Goim". A palavra goi, no plural goim, é de origem fenício-pelassa e significa "gente não civilizada". A língua hebraica, que é derivada e corrompida do fenício, usa a mesma palavra. Os Hebraicos chamam hoje ainda qualquer pessoa que não seja, conforme sua opinião, tão culta e polida como os Judeus, de "Goi", no plural "Goim". — Interpolemos aqui a nota de que da antiga língua pelasso-fenícia existem ainda quatro linguas derivadas: 1º) O tupi, o nhenhengatu do Brasil; 2º) O hebraico, a língua nacional e religiosa dos Judeus de todos os países; 3º) O cuskara, ou língua nacional dos Bascos dos Pirineus; 4º) O albanês, a língua dos antigos Gueges na Península Balcânica.

Os emigrantes que ocuparam o Sudoeste do Piauí, o Sul do Maranhão e o Norte do Estado de Goiás, chamaram-se Goia-jaras, que significa "Senhores da terra dos Goim". Os chamados "índios brancos" do alto Gurupi e do Rio do Sono, ao Sul de Carolina, são descendentes diretos daqueles emigrantes, que chegaram do Mediterrâneo, nos navios dos Fenícios. Isso não exclui o fato de que naquela região vivam hoje também milhares de descendentes dos Goia-jaras, que são brancos e "bem civilizados" brasileiros.

O padre José Moraes, que escreveu, há 180 anos, a história dos Jesuítas que trabalharam na Ibiapaba, no Maranhão e na Amazônia, narra que os Tabajaras declararam aos primeiros padres portugueses que eles mesmos eram os habitantes mais antigos do Norte do Brasil

e tinham sempre residido nas terras do Baixo Paranaíba e na Ibiapaba. Tal asserção confirma nossa tese de que a primeira emigração dos Cários foi através do delta do Paranaíba. O fato de que o Brasil já foi habitado por inúmeras tribos tapuias não influiu no pensamento histórico daquele tempo. Além disso, contaram os Tabajaras que o rio Paranaíba, o qual eles denominaram, no seu curso inferior, **Pará do Piauí**, e no seu curso superior **Pará dos Tapuias**, tinha uma origem numa grande lagoa, **Upá assu**, onde existiriam as minas de prata e de diamantes.

O cronista Gabriel Soares, que fez em 1587 uma viagem pelas costas do Norte do Brasil, relatou que os Tremembés de Tucóia chamaram o rio Paranaíba de **Paraó** ou **Paragu assu**, e falaram também da "Grande Lagoa", de onde vinha o rio. O nome Paranaíba foi dado ao rio, como opina com muito critério F. A. Pereira da Costa, pelo povoador Domingos Jorge (Velho), que nasceu num povoado chamado Paranaíba de São Paulo. Este, achando que o grande rio do Piauí não tinha um nome certo, deu a ele o nome da sua terra natal, conservando assim a primeira parte do nome antigo e completando-o com o nome daquela localidade paulista.

Por esse motivo, a historiografia piauiense não precisa indagar se Paranaíba significa "Paraná ruim" ou "Paraná de terra boa". Mas a mesma questão aparece nas duas Paraibas do Norte e do Sul, e em outros lugares desse nome. Para o geógrafo seria inepto chamar um rio com um curso navegável de quase mil quilômetros, que é uma longa estrada de penetração e de movimento econômico, de "um rio ruim". Na língua primitiva, também na língua tupi, as palavras *iba*, *yba*, *hyba*, *uba*, *uva*, *huba* e *huva* têm o significado de "terra boa ou fruta boa"; mas *huba* e *hyba* podem também significar "o trabalho pesado de agricultura", o qual parece ser, para muita gente, um "trabalho ruim".

.....
Gabriel Soares conheceu a história da "Upá assu" (a Grande Lagoa) já na Bahia e de Sergipe, onde os indígenas contaram que no interior, através de altas serras, existia

uma lagoa duma extensão enorme, onde se achavam as grandes minas de prata. Daquela lagoa saiam para Leste dois rios, de nomes Real e Opala, o último chamado hoje São Francisco. O cronista mesmo não procurou a afamada lagoa e não pôde saber se ela existia na realidade, mas ouvindo que também o rio Paranaíba era um defluente dessa lagoa, não duvidou mais da existência da mesma. Por esse motivo apareceu em diversos mapas do Brasil, em senhados e publicados nos séculos XVII e XVIII, um grande mar interno, que ocupava o vale do curso médio do rio São Francisco.

O sergipano, General Ivo do Prado, apresentou ao Congresso Geográfico de Belo Horizonte, em 1919, sobre o "Rio Real" e sobre as controvérsias de limite entre Sergipe e Bahia, uma longa Memória, na qual ele apurou a questão da Grande Lagoa. Provou, incontestavelmente, que essa lagoa se estendeu, desde a cachoeira de Paulo Afonso até Remanso, com uma largura média de 200 quilômetros. Da lagoa saiam dois rios para o Leste e um para o Norte; mas finalmente recebeu a lagoa pela grande cachoeira uma saída permanente, de maneira que a maior parte dos pântanos e lagos que formavam a "Upá assu" secou, e ficou somente o leito do São Francisco.

O autor, que visitou e examinou minuciosamente aquela cachoeira, que traz o nome curioso dum tal Paulo Afonso, encontrou ali uma obra grandiosa de antigos engenheiros, do sistema de Kar-tum ("Obra de Car!") do Egito, pelo qual foram derivadas as águas das vastas lagoas da Nubia, com o fim de formarem o majestoso rio Nilo e transformarem os pântanos da Nubia em boa terra de agricultura. O "Kartum brasileiro" é construído por cinco canais simétricos, que despejam suas águas separadamente na mesma cavidade larga, quadrangular, de 50 metros de profundidade, cortada na pedra viva.

Essa queda de água, que deixou para o moderno Brasil uma fonte incalculável de energia mecânica, criou a admirável obra irrigatória do vale Opalino, quer dizer do Baixo São Francisco, o qual foi chamado por um engenheiro inglês, com muita razão, o "Egito brasileiro". Essa antiga obra secou a bacia pantanosa da "Grande La-

goa", fechou com o correr do tempo a saída das águas pelo "Rio Real", o qual desapareceu, apesar da procura dos comissários dos limites sergipobaianos, e prejudicou também o rio Paranaíba, na sua qualidade de grande veia comunicatória, entre o Norte e o Centro do Brasil.

Examinando o mapa do Brasil e tirando uma linha da cidade de Remanso para o Norte, no rumo de São João do Piauí, nota-se bem uma baixa, como um corte entre as serras, que fazem o limite entre o Piauí e seus vizinhos Pernambuco e Bahia. Esse corte dava antigamente saída às águas da Grande Lagoa, para o Norte. De lá formou-se, quase em linha reta Sul-Norte, o leito do rio Piauí. Não influi a circunstância de que o braço vindo de S. Raimundo Nonato chamem-se hoje as nascentes do rio Piauí. Enquanto existia a Lagoa, o braço, vindo do sul, era o rio principal, e o braço de S. Raimundo Nonato era afluente. No ponto de união dos dois braços começou a navegação fluvial de carga pesada, e foi fundada ali uma filial da Ordem, com o mesmo nome Piauí, que se transferiu também ao rio. Depois da secagem da Lagoa ficou o braço de S. Raimundo Nonato com a maior quantidade de água e, por isso, chamaram os modernos geógrafos a esse braço de "Alto Piauí". Uma outra filial da Ordem, com o mesmo nome Piauí, era fundada num lugar gigantesco à margem de um lago e de um afluente do Baixo São Francisco, no Estado de Alagoas. Ali também foi transferido ao rio o nome do povoado, cujo nome os geógrafos luso-brasileiros escreveram também com a ortografia do peixe Piauí.

A respeito da Grande Lagoa, devemos ainda repetir que esta não era um mar interno, como o Mar Negro ou Mar Cáspio. Era uma vasta região com pântanos e lagos, que enchiam no inverno, inundando tudo. Mas nessa região existem dúzias de serras com alturas de até 300 metros acima do nível do mar. Tais serras formaram as amplas ilhas, dentro da Lagoa, e foi onde acharam, na opinião dos indígenas, os grandes depósitos de prata e pedras preciosas. Quanto ao rio Paranaíba, devemos supor que no tempo da cheia da Lagoa os dois braços do rio, que se unem acima de Amarante, tinham suas quantidades de

águas quase iguais, ou o braço da Lagoa era superior. O braço de Goiás, isto é, o Alto Parnaíba de Amarante para cima, teve o nome "Paraná dos Tapuias"; o rio unido recebeu indubitavelmente, pelos navegantes antigos, o nome de "Paraná ou Pará assu". A respeito do nome do braço da Lagoa, recebeu o autor, de um morador de S. Raimundo Nonato, a informação de que ele tinha ouvido, na sua infância, chamarem de "Upanema" o braço de S. João do Piauí. Existe no Rio Grande do Norte um rio com esse nome; é um afluente do rio Mossoró, e seu nome foi tirado de uma lagoa que ele forma. Se o rio Piauí tivesse tido, no seu curso superior, o mesmo nome de "Upanema", seria isso mais uma prova de que o rio Parnaíba tinha, na antiguidade, ligação com a "Grande Lagoa". No tocante ao nome "Upá assu", é interessante notar que na antiga Itália, no tempo dos pelagosos, as lagoas pontinas foram chamadas de "Ufá", e o rio que liga essas lagoas eram chamadas "Ufaente".

.....

Mas agora perguntarão meus doutíssimos críticos: em que tempo se deu tudo isso? Baseando-me nas explicações históricas, dadas nos capítulos precedentes, não será difícil responder a essa pergunta. Tróia foi destruída em 1184 a. C. e nos decênios seguintes começou a emigração dos povos cários dos territórios ocupados pelos Gregos. A primeira frota dos Fenícios chegou às costas do Brasil antes de 1100 a. C. Tróia foi fundada pelos Fenícios e descendentes de Tróia, cerca de 1080 a. C. A colonização das paragens do Baixo Parnaíba e da Serra Ibaíba começou cerca de 1050 a. C. A subida do rio Parnaíba, em ambos os seus braços, até Goiás e até a Grande Lagoa, realizou-se nos seguintes decênios, de modo que em 1000 a. C. já estava iniciada a exploração das minas, em redor da Lagoa, bem como na Serra dos Dois Irmãos, onde existem mais de cem furnas e grutas da antiga mineração. Podemos bem compreender que naquele tempo o movimento fluvial do Parnaíba já era muito intenso e essa navegação estava ligada, no inverno, com a navegação da Grande Lagoa.

Essa época do florescimento econômico do Piauí abrangeu cerca de quatro séculos. Agora as empresas de cobre e salitre da Ibiapaba, estabeleceram-se as extensas lavagens de ouro fino na região das "Barras", as quais são os restos dos antigos açudes, construídos pelas empresas de ouro, ao longo do rio Longá. Da região de Valença, onde existem as afamadas grutas compridas, foram tiradas grandes quantidades de chumbo, prata e, principalmente, salitre. No lado ocidental do Parnaíba, perto de Florianópolis, existe uma gruta com muitas salas e longos corredores, de onde saem vapores sulfurosos. Os moradores chamam a essa gruta "Boca do Inferno", e na antiguidade levaram os mineiros dali cargas pesadas de enxofre. Progredindo mais para o Sul, o investigador encontrará, quase em cada serra, buracos, furnas e grutas, com vestígios da antiga mineração, que foram trabalhos de experiência ou de exploração efetiva. O centro das minas argentíferas do Piauí está provavelmente na "Serra do Sumidouro", assim denominada devido aos numerosos subterrâneos que deixaram ali os antigos exploradores.

Naquela época floresceu Piaguá, como sede da Ordem e centro nacional de todas as tribos tupis do Norte. Tróia era o grande empório para a exportação de minérios, drogas e madeiras finas. Encontramos também em ambas as margens do rio Parnaíba restos de uma antiga irrigação, no sistema dos trabalhos irrigatórios do Nilo. São canais artificiais que ligam o rio a lagos, formados pelas águas da enchente. No Baixo São Francisco conservou-se até hoje aquela grande obra egípcia; mas também o vale do Parnaíba possui ainda muitos restos valiosos daquele antigo trabalho, os quais deviam ser aproveitados na época atual.

Calculando a época da primeira colonização do Piauí em quatro séculos, chegamos ao ano 600 a. C., quando começou o trabalho do "Kartum brasileiro", na grande cachoeira, isso é, 2400 anos antes de que andasse ali o suposto descobridor Paulo Afonso. Foi um outro escritor sergipano, Justiniano Melo, quem escreveu um volumoso livro sobre as origens da civilização humana, provando que o "Kartum egípcio" representa um dos maí-

res pilares do grande edifício civilizador da humanidade. O grandioso plano de cortar quatro extensos e altos muros de rochedos, para criar uma passagem funda e permanente das águas, que inundaram um vasto país e formaram mil lagos e pântanos, só pode ser o resultado do pensamento de um dos primeiros benfeitores do gênero humano. Que força de vontade, quanta energia física e moral foram necessários para executar tão gigantesco projeto! O efeito permeditado foi duplo: Núbia ganhou largas planícies de agricultura, cujas riquezas podemos avaliar pelos suntuosos templos, palácios e enormes muros das cidades núbias, que foram escavadas no século passado. A água derivada formou o vale largo do Nilo, que era antes apenas um estreito rio que secava no verão e se perdia na areia tórrida do deserto.

Justiniano Melo foi um vidente. Era filho daquela região, cuja vida e riqueza são o produto da cachoeira. Nas veias desse sergipano corriam ainda algumas gotas de sangue do seu centavó, que foi um dos colonizadores da cachoeira. O cérebro também herdou do seu progenitor algumas partículas daquela força emanatória e translatória que a moderna química chama "radium". Assim ele estudou durante 25 anos o problema do Nilo, procurou todas as obras da antiguidade e do tempo moderno sobre Egipto, Núbia e as cataratas do Nilo e, finalmente, encontrou a grande verdade: "Kartum foi o portão pelo qual entrou a luz da civilização!"

Nenhum dos teólogos, nenhum dos historiadores e geógrafos pôde dar até agora uma resposta à pergunta de onde chegaram os Egípcios e qual foi a origem da grande civilização do vale do Nilo. Justiniano Melo, o desconhecido pensador e filho do "Egipto brasileiro" nos deu a chave desse problema científico. Ele provou que foi um povo de caráter altivo e muito talentoso, que morava na Núbia e organizou ali um centro de trabalho produtivo, abriu as cataratas do Nilo e ocupou gradualmente o vale, formado e banhado pelo novo e crescente rio. O pensamento inteiro desse povo era ligado a um fato, o qual Heródoto, depois de uma viagem através desse país, concretizou na frase: *Aegyptos dorón estí tou Nilo* (O Egipto

e uma dádiva do Nilo). A primeira ciência dos Egípcios era cuidar que o funcionamento das cataratas sempre continuassem normalmente, sem enchentes desastrosas e sem secas perniciosas. O Faraó Ramsés I mandou construir, dentro da zona das cataratas, a cidade de Kartum (Obra de Carl), onde foi estabelecida uma escola de engenharia hidráulica. Desse instituto saíram os grandes mestres, que inspecionavam continuamente o curso das águas acima das cataratas e do rio, com todos os seus canais, até o Delta.

Alguns desses engenheiros e mestres chegaram, contratados pelos Fenícios, ao Brasil, para dirigirem o trabalho de mineração, nas serras que cercavam a Grande Lagoa. Quem pode estranhar que esses homens, viajando nessa Lagoa e compreendendo suas condições geográficas, logo pensassem na possibilidade de derivar essas massas de água presa e estagnante? Assim, surgiu o plano de cortar, naquele ponto, orde, no tempo da cheia, derramavam as águas do São Francisco, uma passagem funda e uma saída permanente das águas da Lagoa.

O Brasil lucrou enormemente com esse trabalho. O vale inferior do "Rio Opala" tornou-se um celeiro mundial; o vale superior do rio, acima da cachoeira, ficou um "Éden" para uma nova população numerosa, e as estradas de penetração para o interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso se abriram. Onde existe, no moderno Brasil, uma obra que pudesse ser comparada com essa obra grandiosa dos primeiros colonizadores do Brasil?

Seja permitido ao autor intercalar, neste ponto, uma curta digressão sobre a primazia civilizatória dos Egípcios. O grão-mestre da historiografia piauiense, dr. Higino Cunha, a denomina "o rochedo de bronze" da história universal; Justiniano Melo contribuiu para essa teoria com um fundamento inteiramente novo. Os assiríólogos provam que a civilização da Caldéa, a fundação da Ordem dos Magos e a construção das primeiras pirâmides no vale do Eufrates recuam a uma época que era quase 1000 anos mais antiga do que o começo da civilização egípcia. A nova teosofia, que possui muitos mestres e adeptos no

Brasil, proclamava a desmemorada Atlântida como berço da civilização humana.

Todas essas três teorias contém uma verdade; mas todas as verdades são relativas. O historiador imparcial procurará um ponto intermediário. Aquele povo da Núbia era de raça negra e africana; os egípcios eram bronzeados, com rosto fino, de tupi europeu; seus cabelos pretos eram lisos. Esse povo chegara do Império dos Aschantis, que se estendia da costa ocidental da África até o Lago de Tchad. Desse lago se desliga um rio que se une com o sistema fluvial da Núbia, respectivamente do Alto Nilo. Esse rio foi a estrada da qual migrou aquela parte dos Aschantis para Núbia. Mas quem fundou o Império dos Aschantis, do qual foram encontradas largas ruínas de cidades, no meio de populações negras de baixo grau de cultura? — Foram sobreviventes e emigrados da Atlântida, é o que devemos deduzir de notícias dadas pelo próprio Diodoro. Essa marcha da civilização, bem indicada e marcada pelos documentos de cidades construídas, andou da Atlântida à Senegambia, de lá ao Lago de Tchad à Núbia, e daqui, pelas cataratas do Nilo, para o Egito. Isso se deu no espaço de 4000 a 3000 anos antes de Cristo.

Mas, ao mesmo tempo trabalharam os obreiros da civilização, independentemente da Atlântida, no vale de Eufrates, formando o primeiro Estado organizado, na Caldea, e construindo os alicerces da religião e das ciências humanísticas pela organização da Ordem dos Magos. Essa sociedade que se tornou modelo e protótipo de todas as religiões, sucessivamente para todos os países do Oriente e do Ocidente, do Norte, do Sul. No vale do Nilo encontraram os iniciados da Ordem os energícos e infatigáveis descendentes da Atlântida, e a união das forças físicas e intelectuais deste elemento, com as forças morais e institutivas dos mestres da Caldea, formou a civilização egípcia.

Na evoluçãc humana não existe a primazia de um só povo. Todos foram e todos nós somos obreiros da mesma grande obra, à qual contribui cada um, conforme sua própria energia.

.....

No Sul do Piauí existem dois pontos de grande importância histórica. Na estrada que sai da povoação Canto do Buriti para S. Raimundo Nonato, à distância de 15 quilômetros da sede do município, no lugar chamado Pinga, está uma casa de pedras, com aspecto de uma capela ou de antigo templo. Essa casa, a que os moradores chamam "Igrejinha", é construída no mesmo sistema como todas as casas de pedras da grande estrada de penetração que saiu do litoral do Rio Grande do Norte, no rumo do Sudoeste. Nas paredes interiores da "Igrejinha" enxergam-se ainda vestígios de inscrições e pinturas; no espaço interior cabem pelos menos cinquenta pessoas com sua bagagem. A outra casa de pedras acha-se na distância de 22 quilômetros de S. Raimundo para Sul-sudoeste, numa fazenda chamada "Serra Nova". Esta casa é um pouco menor; mas sempre cabem vinte pessoas com cavalos. O sistema de construção é o mesmo e os leitreiros nas paredes interiores estão bem conservados. Examinando o mapa do Brasil, repara-se logo que essas duas casas de pedras estão na mesma longa linha do Cabo de São Roque ao Sudoeste, e foram indubitavelmente estações da grande estrada. A distância de 35 quilômetros, entre as duas estações, marca a viagem de um dia, andando com comboio de portadores e de carga. Cada estação dessa estrada era provida de água potável e perene, seja por poços artificiais, seja por um poço duma cachoeira ou por um riacho que não secava no verão. Não seria difícil encontrar mais algumas antigas estações, na mesma linha do Sul do Piauí.

Essa estrada dá-nos a prova de que o monopólio piauiense de alcançar a Grande Lagoa e o centro do Brasil, pela subida do rio Parnaíba, não durou muitos séculos. A estrada terrestre abriu outras regiões com largas possibilidades de lucro. Devemos também considerar que a colonização fenícia não foi uma empresa estadual. A Fenícia era uma república composta de pequenos reinados e cidades livres. Tinha sempre ela uma metrópole, quer dizer, uma cidade poderosa, que ocupava a presidência; mas os assuntos da colonização e do comércio marítimo pertenciam às empresas particulares. Cada cidade tinha

seus capitalistas e possuidores de caravelas; estes se associavam para iniciarem novas empresas, e entendiam-se com as sociedades coloniais das outras cidades. O segredo do grande sucesso dos Fenícios foi a disciplina usada no seu pensamento e em todas as suas ações. Cada colônia tinha feitorias das sociedades e cidades pátrias; essas eram bem separadas e cada uma respeitava os direitos e empresas da outra. Ninguém pensava em fazer concorrência perniciosa ao outro, ou tentava apoderar-se do produto do trabalho do vizinho. Por isso, encontramos em muitos lugares diversas empresas da mesma categoria, trabalhando com toda harmonia, uma ao lado da outra. As lavagens de ouro fino, nas barras do Longá, foram empresas associadas. A tiragem do salitre (para os embalsamadores egípcios) foi dividida entre dúzias de empresas, nas grutas de Valença, como nas grutas e túneis da Ibiapaba. Na Bahia existem, na região do Rio Salitre, mais de 50 furnas, das quais as companhias fenícias tiravam cargas enormes de "níngua", que era o nome tupi dado ao salitre fino e alvo. Todas as companhias eram independentes, mas obedeciam a um plano comum.

Não podemos concluir este capítulo sem tocar na questão de como os Tupis denominaram os minérios e metais. Varnhagen, Couto Magalhães e outros historiadores declararam sem restrição: "os indígenas do Brasil não conheciam o uso dos metais antes da chegada dos Europeus, e a língua tupi não possui vocábulos para os metais". Essa frase não atinge o problema da mineração. Teodoro Sampaio já explicou que o tupi possui nomes para os minérios, para diversos metais e para um grande número de minerais. Ouro é *itayuba* (pedra amarela); prata é *italinga* (pedra branca); ferro é *ita-una* (pedra preta); aço é *ita-itê* (pedr. dupla); estanho é *ita-jyca*; chumbo é *itamembeca*; cobre é *ita-iqueza*; ouro falso (malacacheta ou outra mistura amarela) é *ita-yubarana*; cristais, diamantes e outras pedras preciosas foram chamados *ita-beraba* e *itatiberaba*. Além dessas palavras existiam muitos ou-

tros nomes populares para diversos minerais. A furna de mineração foi chamada *ita-oka*.

Mas Teodoro Sampaio opina que esses nomes de metais e minérios seriam formados pelos padres ou pelos bandeirantes portugueses, para explicarem aos indígenas os diversos minérios. Essa opinião é insustentável, pelo motivo de que todos aqueles nomes existiam já antes da chegada dos Europeus, como nomes geográficos, indicando a existência dos respectivos minérios.

O assunto não é difícil de compreender. Os Fenícios procuraram ouro, que só existe em estado puro, e mais outros minérios para seus trabalhos de metalurgia, que não foram executados no Brasil, mas na sua terra pátria. No serviço da procura dos minérios trabalharam mestres e operários, emigrados ao Brasil dos países cários; mas a maioria não precisou aprender os nomes dos metais, usados pelos povos do Mediterrâneo; por isso os mestres cários formaram aqueles nomes com "ita", que eram fáceis de ser compreendidos. Mas esses nomes conservaram-se na língua tupi, e, quando chegaram os Europeus, foram os Tupis que indicaram-lhes a existência e os nomes tupis dos minérios.

CAPÍTULO VII

A POPULAÇÃO ATUAL DO PIAUÍ E SUA DESCENDÊNCIA

O autor apresenta agora a seguinte tese:

1º) No tempo da chegada dos Europeus ao Brasil, antes da importação de escravos africanos, compunha-se a população indígena do Piauí e do Ceará de dois terços de descendentes de povos brancos e um terço de descendentes das antigas tribos tapuias, isto é, da raça parda.

2º) A emigração dos Europeus e a importação de escravos pretos aos demais Estados brasileiros foi relativamente diminuta, de modo que a população atual do interior do Piauí e do Ceará pode ser qualificada como tal, cuja maioria são descendentes da população que esteve aqui antes da chegada de Cabral.

3º) Os sinais característicos da raça branca aparecem na circunstância de que as crianças nascem com curly e cabelos claros, o que é a regra na população sertaneja dos mencionados Estados.

.....
A história luso-piauiense começa no ano de 1603, com as viagens de Pedro Coelho de Souza e dos padres Francisco Pinto e Luiz Figueira. Saíram estes de Pernambuco, com

poucos soldados portugueses e um bom número de indígenas armados. Os padres tinham 60 indígenas-cristãos, na maioria Potiguares de Pernambuco, e Tupinambás da Bahia. Esses tupis conheciam as estradas que atravessaram, o Araripe, a Ibiapaba, o Piauí e o Maranhão até São Luiz, onde existia o antigo centro nacional dos Tupinambás. A morte trágica do padre Francisco Pinto foi, conforme todas as narrações de fonte jesuíta, uma consequência da irritação dos indígenas, provocados pelos atos de crueldade que tinham praticado os companheiros dos europeus de Pedro Coelho, enquanto todas as aldeias dos Tabajaras, na Serra de Ibiapaba, receberam os padres com respeito e simpatia.

Martim Soares Moreno fez sua viagem para o Maranhão pela costa, em 1631, e relatou que, com dois dias de viagem marítima, saindo de Camocim com bom vento para o Oeste, encontrou (quer dizer, no delta do Parnaíba) uma grande tribo de indígenas pacíficos, com os quais firmou paz, recebendo deles todo o auxílio de que precisava. Foram esses os tupis Tremembés, sobre que escritores posteriores contaram histórias errôneas de selvageria. O nome era antigamente "Taramambás", uma variante de Tupinambás. Na língua pelagosa é "terra", a terra firme ao lado do mar. A mesma significação encontramos para "tara" na língua tupi. Pela lei do "Umlaut", foi mudado tara em terra, que os romanos escreveram com três formas desse nome: Taramambás, Tereembés e Tremembés. Para a filologia brasileira, essa variação é um ponto muito interessante. Essa tribo era da raça tupi, não de tapuia; teve uma grande aldeia na ilha do Cajueiro, cujos direitos foram reconhecidos por diversos decretos reais, publicados na excelente "Cronologia", de F. A. Pereira da Costa. Os jesuítas organizaram ali uma missão, que foi muito concorrida. Os habitantes de Tutóia pertenciam a mesma tribo; a cidade de Parnaíba foi antigamente um arraial de Tremembés.

Até 1632, nenhum súdito português tinha pedido uma sesmária ou dita de terras na parte setentrional do Piauí, quer dizer, no território entre o Poti e o litoral. No mes-

mo ano já possuíam os jesuítas, no Norte do Brasil, entre Ibiapaba e o rio Tocantins, do Pará, 40 estações de evangelização para os indígenas. A Ibiapaba foi considerada, até com um "governador dos índios", ficando sob jurisdição de Pernambuco, depois do Ceará ou do Maranhão. O principal motivo dessa situação especial foi o desejo por parte dos jesuítas de obterem, nessa serra incomparável, um domínio privilegiado, e no coração de cada filho da Ibiapaba ficou até hoje um forte desejo pela "autonomia da Serra Grande". Em 1662 os jesuítas tinham, na Ibiapaba e no Norte do Piauí, 12 aldeamentos de indígenas, todos de Tupis, e todos esses deram os alicerces para futuras povoações e vilas. Então, naquele ano podia ser avaliada a população piauiense, entre o litoral e o rio Poti, em nenhum português e, pelo menos, 15.000 indígenas, que já tinham aldeamento com capelas católicas. Cem anos depois, 1762, realizou-se o primeiro arrolamento da população da capitania, sobre cujos efeitos falaremos em lugar próprio.

Em 1662 foi iniciado o povoamento do Sul do Piauí, como "hinterland" de Pernambuco, com cartas de sesmária, despachadas pelo governador geral ou pelo capitão-mor de Pernambuco. Apareceram os três afamados varões Domingos Jorge (Velho), Domingos Afonso Matreense e o capitão-mor Francisco Dias de Ávila. O primeiro chegou de São Paulo, dum lugar chamado Parnaíba, com 5 homens brancos de sua família e 25 indígenas adultos. No espaço de 1662 e 1687 fundou ele, entre os rios Poti e Canindé, 50 fazendas de gado; mas, em 1687 foi chamado pelo governador de Pernambuco, para auxiliar os portugueses na guerra dos Palmares. Partiu ele de Piauí "com todo o seu povo", como está escrito em diversos documentos. Foram os brancos e 1.300 indígenas armados com arcos; os brancos foram os membros da família de Jorge Velho e de seus auxiliares portugueses; estes levaram também suas mulheres e crianças, cerca de 80 ao todo. Os 1.300 indígenas eram só homens, que haviam deixado suas famílias no aldeamento das fazendas. Então representavam esses 1.300 homens uma população de,

pelo menos, 5.000 almas, e nas 50 fazendas de Jorge Velho a população portuguesa representava 2% e a população indígena representava 98%.

Esses algarismos são altamente significativos e irrefutáveis. Domingos Jorge foi uma figura muito popular, e sabia tratar bem os indígenas. Os arraiais que ele organizou tinham seus chefes nacionais; cada um possuía seu lote de terra e ele respeitava também os terrenos das outras aldeias, como narra Simão de Vasconcelos. Por esses motivos pôde ele organizar uma tropa de 1.300 indígenas armados, que ficaram em Pernambuco durante três anos. Quando voltaram ao Piauí uma parte das fazendas estava ocupada por outros donos, surgindo daí as conhecidas controvérsias entre os sesmeiros pernambucanos e maranhenses.

Domingos Afonso Mafrense chegou da Bahia em 1665, mantendo ali estreitas relações com os meios eclesiásticos. Levava para o Piauí poucos portugueses e 30 tupinambás-cristãos, e com esse pessoal fundou 30 fazendas de gado ao Sul e ao Centro do Piauí. Naturalmente ele favoreceu muitos aldeamentos de indígenas com capelas. O mais conhecido foi o arraial de Cabrobó, que foi em 1676 transformado na povoação de Mochá e, vinte anos depois, elevada à categoria de vila, e, em 1759, à de cidade, Oeiras, primeira cidade desta capitania teve sua origem de uma aldeia de Tupis cristianizados. A mesma origem é historicamente provada para as vilas de Parnaaguá, Santa Rita, Rio Preto, Campo Largo, Vila de Barras, Piracuruca, Valença, Jeromenha, Marvão, Gurgea, Amaranhe e Parnaíba, além de muitas outras povoações menores.

O capitão-mor Francisco Dias de Ávila chegou de Pernambuco em 1674, com 40 potiguares e com a permissão de povoar as terras situadas na região do rio Gurgea, onde já existiam três grandes aldeias da tribo dos Guegués. Entrando em relações pacíficas com essas tribos, fundou mais outros arraiais, com população indígena, nas fazendas que organizou.

Da parte do Maranhão emigraram para o Piauí, de 1670 a 1821, no máximo mil portugueses adultos. Isso fica provado pela lista das cartas de sesmaria e das datas de terra, despachadas pelos governos do Pará, Maranhão e Piauí, cujo número foi inferior a 600. Além disso, foram despachados do Maranhão para o Piauí, depois da declaração da independência da capitania, 300 "degradados" portugueses, dos quais a maior parte recebeu datas de terra do governo do Piauí. Aqui se deve considerar que a metade de todos os portugueses que emigraram para o Piauí chegaram solteiros e casaram aqui, ou com filhas de portugueses, cujo número era muito reduzido, ou com filhas de indígenas. Por isso chegaram diversas cartas régias e portarias do governo de São Luiz, declarando que o português que casasse com uma "índia" não perderia qualquer dos seus direitos como súdito do rei de Portugal.

O arrolamento geral da população da capitania do Piauí, realizado em 1762, deu 7 freguesias com 536 fazendas registradas e uma população de 8.102 livres (quer dizer, portugueses e indígenas), e 4.644 escravos de raça africana. A freguesia de Oeiras tinha 270 famílias com 1.130 almas, das quais eram 665 livres e 465 escravos. Além disso, pertenceram a Oeiras a aldeia de Jacó, com 354 indígenas Guegués, e a aldeia de S. José de Sendé, com 337 indígenas Acaroás. Foi o primeiro governador da capitania independente João Pereira Caldas, um homem ocupadíssimo, que organizou todos os ramos administrativos, inclusive um regimento de cavalaria, com 10 companhias, cada uma com 60 praças. Seu trabalho principal foi a liquidação dos bens seqüestrados dos jesuítas, que possuíam, pelo testamento de Domingos Mafrense, 35 grandes fazendas registradas, cuja área total pode ser calculada em 100.000 quilômetros quadrados. O governador obteve bons resultados, mas, para fazer uma estatística exata da população, faltavam ainda os elementos necessários.

Os interesses municipais e particulares opunham-se a um recenseamento. O imposto das fazendas era pago conforme o número do gado; por isso, cada proprietário

diminua a quantidade de rezes e o número do seu pessoal. Os indígenas foram contados como "livres", conforme a lei de Dom José I; por esse motivo os fazendeiros não incluíram os indígenas dos arraiais no número de pessoal das fazendas. Indicavam apenas o número dos escravos, também diminuído. Contudo, precisavam eles do auxílio e da proteção do governo, nos casos de fuga ou resistência dos escravos. As 35 fazendas seqüestradas dos jesuítas tinham, todas elas, um ou mais aldeamento de indígenas; mas, nas estatísticas aparecem essas fazendas com apenas 470 escravos. As câmaras municipais diminuíram o número dos habitantes livres, por causa do alistamento para o regimento de cavalaria. O tesouro real só pagava um ordenado insignificante aos oficiais; os municípios deviam fornecer, à sua própria custa, os cavalos, as praças e alimentação destas. Naturalmente, nem os portugueses, nem os indígenas mostraram boa vontade de pertencer a esse regimento, e, dez anos depois, ninguém mais falou dessa briosa cavalaria.

Tomando, para o ano de 1762, o número oficial da população, de 13.000 habitantes, podemos contar que esse número triplicou em 6 decênios, de maneira que a população elevou-se a 40.000 habitantes em 1821. Mas o recenseamento de 1920 acusou uma população de 738.740 habitantes. Onde provém esse aumento? Da emigração europeia nada chegou ao Piauí, nem ao Ceará. Entraram dezenas de comerciantes e artistas da Europa, mas não colonos, como no Sul. Nas diversas épocas de secas emigraram, ao Piauí, cearenses e contamos estes, incluindo famílias, filhos e netos, em 20.000; mais não são. Ao Sul do Piauí emigraram comerciantes e artistas vindos de Pernambuco ou da Bahia; mas em número insignificante. Contamos essa emigração em 5.000 pessoas no máximo. Do lado do Maranhão fugiram ou emigraram algumas centenas de pretos e mulatos. Chegou mais uma onda de pretos depois da data de 13 de maio, mas não se pode avaliar o número deles em mais de 5.000. A fundação da nova capital, Teresina, e o desenvolvimento de Parnaíba, Amarante e Floriano, deram um aumento de 15.000 pessoas, no máximo. Em troca disso, formaram-se núcleos

de Piauienses em São Luiz, Fortaleza, Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Também levou a fada morgana da borracha "Rio-Mar", de onde poucos voltaram.

Temos então os seguintes algarismos: o recenseamento de 1762 deu 13.000 habitantes, que se multiplicaram até 1821 em 40.000. Durante os seguintes 100 anos aumentou a população pelo afluxo de fora, inclusive famílias de profliferação, para 45.000 almas. O recenseamento de 1920 deu 738.740 habitantes. Descontando o afluxo de fora, temos o número aproximado de 690.000, resultado do crescimento, em 100 anos, de uma população de 40.000. Isso é uma impossibilidade física; a natureza não se deixa enganar. Na Europa cresceram, no mesmo espaço de 100 anos, as populações nas seguintes proporções: França, de 1 para 2,1 (quer dizer, de 20 para 42 milhões); Espanha, de 1 para 2,5; Portugal, de 1 para 3; Inglaterra, de 1 para 3,5; Itália, de 1 para 4; Alemanha, com o maior crescimento, de 1 para 5. — Quem pode pretender que no Piauí, com suas comunicações difíceis, falta de alimentação infantil e de higiene no interior, a população crescesse da população piauiense, nos ditos 100 anos, de 1 para 3. Isso quer dizer que os 690.000 habitantes de 1920 eram em 1821 não menos de 230.000, em 1762 aproximadamente 100.000. Desse número, eram portugueses, de puro sangue lusitano, não mais de 5.000, e escravos de raça africana também 5.000. Os outros 90.000 eram descendentes das antigas raças brasileiras, misturados com 10 por cento de sangue lusitano e 90 por cento de sangue brasileiro. O cruzamento de tapuias com africanos, e ainda menos de tupis com pretos, não se dera ainda, naquela época.

No século XVIII moravam ainda no território do Piauí os seguintes povos indígenas brasileiros: partes das grandes tribos Tabajaras, Potiguares, Guegués e Gôlajaras; depois as tribos menores dos Tremembés, Quiriris, Jenipapos, Gurgués, Aibatós, Aboipiras, Aranhins, Muipurás, Acroás, Maccazes, Precatez, Cupenharos, Caratés,

Campurur, Carathúmirim, Anapurur, Anapurur-mirim, Orizes, Procazes, Barbados, Rodeleiros (dois nomes dados pelos Portuguezes), Guamarés, Exotins, Acaragus, Caica-zes, Suassuís, Araís, Aruazes, Timbiras, Icoés e Quixeira-rins. Entre essas 36 tribos, tinham diversas tribos cinco a seis grandes aldeias livres; as outras tinham aldeamentos independentes ou nas fazendas. Contando na média 2.000 almas para cada tribo, verificamos logo uma população indígena de 72.000 almas, nos meados do século XVIII.

Baseados nesse cálculo, asseveramos que 75 por cento da população branca do Piauí são descendentes dos antigos Brasileiros. Os povos tupis eram brancos, o que não só prova o nome "cari", como também cada família legítima sertaneja do Piauí e Ceará. As crianças nascem, numa média de 90%, alvas e louras, e o estado de nascimento indica a raça. No correr dos anos, a cor da pele fica amarelada e a cor dos cabelos torna-se escura; mas, sendo essas crianças bem tratadas, com higiene, asseio e alimentação racional, conservam elas todos os traços característicos da raça branca, e na terceira geração não se diferem mais das raças mais finas da Europa. Isso é o segredo da renascença tupi. As crianças dos Tapuias legítimos nascem com a pele meio-parda e com cabelos pretos lisos; nenhum tratamento pode destruir esses dois traços característicos. Vivendo esses Tapuias na cidade, no meio civilizado, mas casando com membros da mesma raça, como se pode observar em muitos casos em Belém, os traços tapuias ficam suavizados e idealizados, mas nunca se perdem por completo. — O cruzamento com a raça preta será assunto para um capítulo posterior. Só devemos constatar que o sertanejo branco considera a união de um branco com uma preta, e vice-versa, como um casamento não legal. Nesse ponto, o sentimento racial e nacional foi sempre mais sutil no interior do que nas cidades.

.....

O desenvolvimento dos aldeamentos dos indígenas, para construírem povoações e vilas, deu-se por um processo muito simples e natural. Os primeiros povoadores

portugueses não entraram no Piauí motivados por simpatias aos indígenas, como os missionários. Mas também não foram bandeirantes, nem fizeram, profissionalmente, "caça contra os geníios de corso". Sua finalidade foi a de organizar a criação de gado, que prometia lucro rápido. Mas isso só era possível se a fazenda estivesse fora do perigo de ser atacada pelos indígenas e, um contra cem, não podia fazer guerra. Pela sua arma de fogo ele foi o mais forte mas, na obscuridade da noite, os indígenas eram vencedores. Por isso foi uma medida de prudência procurar relações pacíficas, com o auxílio dos padres, ganharam a confiança dos chefes da tribo vizinha e fizeram um arraial, onde se podia colocar uma dúzia de famílias indígenas. Além disso, os fazendeiros sempre trouxeram alguns indígenas-cristãos das missões para ajudarem a cultivar as novas amizades. O fazendeiro tinha todo o interesse em agradar a seus novos amigos e impedir de fazer roças e pequenas criações em redor do arraial. Assim, os inquilinos tinham o mesmo interesse em proteger a fazenda e o arraial contra agressões da parte dos indígenas livres. Dessa maneira, cada aldeamento tornou-se um instrumento de segurança para o fazendeiro.

Os padres nunca pouparam seus esforços para não deixar de ser construída uma pequena capela em cada arraial, onde eles organizavam festas religiosas uma ou duas vezes por ano. Nessas ocasiões mandavam seus adeptos para as aldeias e tribos independentes, convidando-as para assistirem às festas. Assim, reuniu-se o povo e organizou-se também um pequeno mercado. Os visitantes trouxeram alguns produtos; comerciantes ambulantes apareceram com mercadorias que eram vendidas em troca dos produtos dos indígenas; os compradores de gado organizaram comboios e, em pouco tempo, estabeleceu-se um comércio regular. Assim nasceram, no Piauí e no Ceará, centenas de povoações, vilas e cidades.

Mas, perguntarão os incredulos, onde ficaram os efeitos da guerra de exterminio "que fizeram os conquistadores durante 200 anos, contra os índios selvagens, de que falam os compêndios da história"? Essa guerra é uma lenda, pelo menos a respeito do Piauí. As efemérides de

F. A. Pereira da Costa relatam um único caso, em que um particular, Manuel da Silva Pereira, morador na ribeira da Paraitaba, obteve, em 1731, a permissão real de fazer, à sua custa, uma guerra contra cinco nações indígenas: Aranis, Suassui, Anaperi, Arai e Guanarés, — nomes que estão um pouco mutilados no documento oficial. Mas, o conselho ultramarino de Lisboa apresentou uma lista de condições e restrições tão grandes para essa empresa, que o empreiteiro-guerreiro perdeu logo a vontade de realizar o seu projeto. O conselho declarou, por exemplo, que todas as tribos indígenas contra as quais o súpliante queria guerrear seriam, pela lei, súditos livres de El-Rei. Mas no caso em que o empreiteiro encontrasse um desses indígenas armado e cometendo atos de violência, ele devia prendê-lo e o remeter a São Luiz, à disposição da Junta das Missões ou do Juiz-desembargador. O empreiteiro não teria o direito de julgar e castigar uma única pessoa, como declarava a carta real.

Naturalmente, essa "guerra particular" nunca se realizou, mas o projeto foi a consequência do fracasso completo duma "guerra oficial" que durou dez anos, pelo menos no papel. Nesses acontecimentos foram envolvidos o "mestre de campo de conquista", Bernardo Carvalho de Aguiar, e o capitão-mor Francisco Xavier de Brito. Em consequência de muitas reclamações de diversos municípios contra violências praticadas por tribos independentes, mandou em 1717 o governo do Maranhão um memorial ao rei Dom João V, mostrando a necessidade de fazer expedições para castigarem as tribos insubordinadas. Seis meses depois chegou a resposta do rei, que concordou com as idéias do governo do Maranhão e pediu um plano bem elaborado a respeito da extensão e das despesas da projetada guerra. O governador comunicou essa carta régia ao capitão-mor do Piauí, e este encarregou o mestre de campo Bernardo Carvalho de traçar o seu plano de guerra. O mestre incluiu na lista de castigo os nomes de dez tribos desobedientes, e pediu armas e mantimentos para 500 soldados, com que pretendia guerrear durante dois anos. Esse ofício foi para Lisboa e, em setembro de 1718, chegou a resposta: o mestre Bernardo

receberá 400 soldados indígenas, os quais terão de ser fornecidos por Francisco Mataró, "governador dos índios de Ibiapaba". O governador do Maranhão tem de fornecer 40 soldados portugueses, e as frequezas do Piauí fornecerão para esse exército do mestre Bernardo mantimentos para 6 meses. Mais não deveria durar a guerra!

Primeiramente duraram um ano inteiro as negociações com Mataró a respeito dos 400 soldados da Ibiapaba. Ninguém acreditava que esse astucioso chefe dos Tabaiaras e amigo dos jesuítas mandasse uma tal força para uma guerra contra outras tribos, com que ele vivia em paz e amizade. Mas, por ordem do rei, andaram os mensageiros entre Maranhão, Piauí e Ibiapaba, ida e volta. Finalmente resolveu o capitão-mor Francisco Xavier fazer uma demorada viagem ao rio São Francisco, e pedir soldados ao governo de Pernambuco. Voltou ele em maio de 1720 com 200 soldados indígenas, na maioria Potiguares. Mas, faltavam ainda os mantimentos e os 40 soldados portugueses. O mestre Bernardo sabia bem que apenas com soldados indígenas não poderia fazer guerra contra os indígenas. Então, foi a São Luiz, mas o governador estava ausente, no Pará e devia voltar por terra. O mestre não teve a paciência para esperar em S. Luiz e foi para Turi Assu, onde ficou até a volta do governador. Este chegou e o mestre recebeu um pequeno número de soldados, com os quais chegou na Vila de Mocha, em 1721. Ali, o número dos soldados indígenas já estava muito reduzido, pois a câmara municipal não se achou obrigada a sustentar tanta gente. Finalmente, o mestre Bernardo tinha superado todas essas dificuldades, e no princípio do ano de 1722 começou ele a guerra, com 100 soldados indígenas e 20 portugueses.

Com essa tropa, percorreu "o mestre de campo da conquista" o sertão do Piauí até 1725, sem encontrar inimigos ou fazer batalhas. As queixas dos fazendeiros contra essas excursões inúteis, cujas despesas caíram sobre seus ombros, chegaram por dúzias a São Luiz e a Lisboa. Em janeiro de 1725 chegou a ordem para regressar o mestre Bernardo, e ele voltou triunfante, tendo feito um contrato com os chefes de três tribos (Genipapos, Icoés e Qui-

xeirarins), pelo qual estes se obrigavam a ficar neutros nas lutas de dois partidos de fazendeiros, dos Feitosas e dos Montes, o que prova que não foram só os "índios" que perturbaram a paz.

Considerando esses fatos históricos documentados, ninguém pode mais falar na suposta guerra de extermínio, pelo menos nesta parte do Norte do Brasil. Na história piauiense só existe uma página negra, que relata as proezas do tenente-coronel João do Rêgo Castelo Branco, que foi "mestre de campo" nos anos de 1770 a 1780. Esse homem, que possuía pouco critério, grandes ambições e a idéia fixa de descobrir minas de ouro e de diamantes, abusou de sua posição militar, para fazer extorsões nos municípios, exigindo dinheiro e mantimentos para suas guerras contra os indígenas. Durante anos ele andou com seus filhos e 50 armados no interior, maltratando a população pacífica, e, quando as queixas contra ele chegavam a Lisboa, atacou, para justificar as suas expedições guerreiras, os arraiais dos indígenas, e levou os chefes, como criminosos, para Oeiras, onde estes foram reclusos em prisões pestilentas. As famílias dos presos foram expulsas dos arraiais e, em toda a parte, os capangas daquele chefe megalômico provocaram lutas sangrentas. Os cronistas contemporâneos confirmam que esse mestre de campo causou a morte de 400 indígenas inofensivos, homens, mulheres e crianças. — Mas, a véspera da independência já estava perto.

CAPITULO VIII

DIVERSOS PONTOS DA VIDA PRÉ-HISTÓRICA DO PIAUÍ

Neste tratado resumido, que devia dar a orientação histórica da antiguidade brasileira, não é possível descrever o grande número de inscrições, casas de pedras, furtas, gritas, canocins, neerópoles e outros testemunhos da antiga atividade do povo que habitava o Piauí. Também um homem só não pode percorrer o interior do Estado inteiro e examinar pessoalmente todos os pontos. Seria imprescindível que as autoridades locais e as classes intellectuais de todos os municípios contribuissem para o trabalho de coleccionar as informações e descrições dos pontos interessantes, para os entregarem ao douto Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. Com uma tal colaboração geral será possível compor-se um álbum de todos os monumentos históricos e pré-históricos do Estado, e criar-se uma obra digna das nobres tradições do antigo Piauí. Aqui daremos somente alguns exemplos indicativos.

Começamos com o subterrâneo de Alto Alegre, no município de Piracuruca, por motivos de que aquele "buraco" apóia a nossa teoria do trabalho humano, a respeito

das grutas e furnas. Estão contra nós numerosos incrédulos que sustentam a teoria de erosão e declaram tôdas as grutas como obras da natureza. E, onde a erosão fica completamente excluída, aparecem os Holandeses que fizeram os tanques e as casas de pedras, ou são os jesuítas que mandaram cavar os subterrâneos. Em Alto Alegre não se pode descobrir elementos de erosão; não existem lá pedras calcárias nem salitre. Não passa um riacho, que podia furar a terra; não andaram ali nem jesuítas nem Holandeses. O subterrâneo foi cavado, em tempo remotíssimo, pela mão do homem.

O nosso desenho, que se acha no anexo de ilustrações deste livreto, mostra um semicírculo de 6 morros com alturas de 60 a 80 metros. No lugar, onde está marcada a aldeia, existe um longo aterro com blocos de massa pedrosa. O espaço é pequeno para conter uma aldeia regular; mas pode ser que ali estivesse a casa dum piaga, com outras casas para seus adeptos e com barração para os visitantes. O terreno, onde está a entrada subterrânea, levanta-se cinco metros sobre o nível do riacho, respectivamente do pequeno lago do lado direito. A profundidade do poço da entrada é de dois metros e, com mais um metro de descida, acha-se o visitante num grande salão. Antiguamente esse salão foi um só espaço, com paredes de dois metros de altura, e o buraco da entrada foi o grande funil pelo qual entravam ar e luz. As galerias andam no rumo do lago; as câmaras, marcadas como depósitos de urnas funerárias, são tão baixas que o visitante não pode mais ficar em pé. É muito provável que existisse mais uma entrada horizontal, no rumo daquela que se fechou pela moleza da terra.

Qual foi a finalidade de cavar-se esse subterrâneo? — Naquela região encontram-se hoje ainda turmalinas azuis e cristais octoédricos, meio transparentes, de cor amarello-roxo. Essas pedras serviam na antiguidade para enfeitar as imagens das divindades e dos simulacros nos templos e nos santuários das casas. Os Fenícios levaram essas pedras para sua terra, onde existiam muitas oficinas de lapidação. Diodoro fala, em diversos capítulos da sua História Universal, sobre esse comércio. Do Brasil

levaram os Fenícios quantidades enormes dessas pedras semipreciosas para o Mediterrâneo, principalmente da Serra da Coruja, na região de Picuí e Acari, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Nos leitões dos riachos de Alto Alegre e no leito do rio Genipapo encontram-se aquelas pedras depois das grandes chuvas do inverno; talvez no lugar onde está o subterrâneo fosse descoberta uma ríca veia das mesmas pedras. Assim ficou resolvido abrirem galerias e poços para explorarem a mina. Para esse serviço foi indispensável fazer uma estação, dos mineiros, da qual nasceu uma pequena aldeia. Devido à serra, o lugar tem dois riachos perenes e um pequeno lago que favoreceram o trabalho agrícola.

Mas a época de mineração passou, devido à circunstância de que foi esgotada a quantidade de pedras aproveitáveis, e ficou só o aldeamento. Reparámos em toda parte o mesmo desenvolvimento. Os Fenícios procuraram sempre para as suas empresas o auxílio dos sacerdotes, que animavam o povo nos trabalhos. Aquelles commerciantes gananciosos foram gente muito religiosa. Não começavam nenhum negócio sem pedir o auxílio da divindade. Por esse motivo encontramos sempre o mesmo fato, de que depois da saída dos Fenícios os pagés tomariam posse das casas e instalações abandonadas. No Alto Alegre existe ainda a tradição de que pertó do subterrâneo morava um piaga que foi sempre visitado e procurado por muita gente. Uma outra história muito popular diz que o subterrâneo de Alto Alegre fora um suspiro "dum longíssimo corredor subterrâneo que saía da gruta de Ubajara". É provável que os piagas tivessem envolvido o subterrâneo em certas contas místicas para aumentarem seu valor religioso. Também na Serra anda uma crença de que da gruta de Ubajara saía um rio subterrâneo, no rumo do Piauí, que no tempo da seca formaria um corredor onde podia andar gente por muitas léguas.

Sustentando a teoria de que o subterrâneo de Alto Alegre estava no centro de um bosque sacerdotal, sabemos das narrações dos primeiros missionários, pelas quais tôdas as aldeias dos Tupis possuíam tais bosques.

Um bom exemplo é o bosque de Guarita, de que damos um modesto desenho. O semicírculo dos rochedos que cercam o lugar é tão perfeito que devemos supor que alguns desses rochedos foram colocados e aparelhados pela mão do homem. A furna com o grande fogão está bem no centro, e os dólmens, quer dizer as mesas de imolação, são simetricamente colocadas, em ambos os lados. Os sinais hieroglíficos, em redor da furna, não são mais legíveis, mas mostram o mesmo sistema e escriptura como os letrados da Serra dos Arcos. O lugar é fácil de se visitar, a três quilômetros distantes da estação Bom Príncipe, da Estrada de Ferro do Norte do Piauí.

Os empreendedores de minas andaram em três caminhos: a estrada principal era o rio Parnaíba, para alcançar os grandes centros de mineração, nos Dois Irmãos e na Grande Lagoa. Do porto terrestre do Lago São Domingos saía a estrada do Longá, com diversas ramificações, no rumo do Sul, e uma estrada para o Leste, com três ramais à Serra de Ibiapaba. Sobre esta última faremos primeiro.

A Serra Grande tem, no Norte, dois contrafortes, a Serra dos Arcos, ao lado do Piauí, e a Serra de Ubatuba, ao lado do Ceará. A primeira teve antigamente o nome Macaguá, isto é, casa de grão; uma parte dessa serra chama-se hoje também Serra do Porciano. Nessas montanhas encontram-se veias de óxido de cobre, cujo centro está em Viçosa. Sete furnas e buracos mostram ali os lugares onde os mineiros procuraram cobre. Hoje ainda encontram-se, espalhados no chão, em redor dessas furnas, pedaços de minério de cobre. Mais interessantes são os vestígios na outra parte da mesma serra, chamada "dos Arcos". O ponto principal é um túnel de dois metros de altura, dois metros de largura e vinte metros de comprimento. Na abóbada da entrada estão gravados na pedra sinais hieroglíficos e diversas letras fencias, sobrepintadas com tinta encarnada. No interior do túnel, onde a pedra é presa, enxergam-se sinais com tinta bran-

ca. Num outro cume da serra, meio quilômetro distante do túnel, reparar-se a forma dum arco que cobre uma larga chapa lisa de pedra, contendo um grande número de sinais. As letras estão meio gastas pelo tempo, mas as figuras encarnadas dum ave aquática e dum carneiro estão ainda bem visíveis. A serra forma ali um barranco e dum outra ponta, na mesma linha, enxerga-se uma pedra alta, na forma de um homem, obra de uma rude escultura. Os moradores chamam a essa estátua "pedra do frade", antigamente "Itassumé", quer dizer "pedra do Sumé". Repara-se bem a semelhança entre essa pedra e a estátua do Sumé, no Castelo das Sete Cidades.

Todas as circunstâncias deixam supor que nesse lugar da Serra dos Arcos foi a primeira estação do trabalho, iniciado na Serra de Ibiapaba. Isso indica também as figuras de aves aquáticas, que significam a viagem por mar, enquanto os carneiros indicariam a viagem terrestre. Nas inscrições da Serra da Coruja encontra-se o mesmo sistema.

O outro contraforte da Ibiapaba, do lado do Ceará, é a Serra de Ubatuba, onde existem jazidas de minério de ferro que se estendem para o Norte, até o lugar Itaúna ("Pedra preta"). Os moradores da Serra de Ubatuba declaram que existe ali também um minério com brilho de prata, que podia ser chumbo ou estanho. Por isso podemos dizer, quase com certeza, que os mineiros dos Fencios constataram já, na entrada da Ibiapaba, cobre, ferro e talvez estanho. A distância da povoação de Ubatuba até à cidade de Viçosa, é de 30 quilômetros; as grandes jazidas de cobre já começam na metade do caminho. Quem poderá negar, nesse caso, que as grutas de Viçosa, ao redor da cidade, como no município, fossem escavações da antiga mineração? — Cobre e estanho foram para os Fencios uma riqueza quase tão grande como o ouro. Quem inventou a fabricação do bronze pela liga de cobre e estanho, não se sabe; mas provado é que os Fencios usaram, durante muitos séculos, a fabricação de armas e artefatos de bronze, como um monopólio. Eles possuíam numerosas oficinas grandes na ilha de Chipre, em Damasco, Traplos, Sidon, Tiro e em outras cidades. O

artístico escudo de Aquiles, glorificado por Homero, seu grande capacete e sua hasta, foram obras feniças, como todo o armamento dos guerreiros nobres da antiguidade, até o 5º século a. C., foi fornecido pelos Fenícios. Assim se pode compreender de quanto valor foi o descobrimento das minas de cobre de Viçosa para aqueles navegadores. Para a nossa teoria tem esse assunto uma grande importância. De Viçosa para o Sul estende-se uma larga zona de mineração, dentro da Serra de Ibiapaba, com dúzias de furnas, tanques, túneis e grutas. O ponto mais interessante é a imensa gruta de Ubaajara, com 12 grandes salas e mais de mil metros de corredores, além de uma parte até agora inexplorada. A respeito dessa gruta surgiu uma larga controvérsia entre o autor deste tratado e os partidários da teoria de erosão, que declaram a gruta como obra da natureza. Não se pode, porém, resolver esse problema científico, sem estudar o conjunto de todas as grutas e furnas da mesma região. Sendo provado que as furnas de Viçosa são os poços e corredores das minas de cobre, que todos os habitantes de Viçosa conhecem, e que outras furnas da vizinhança são restos da antiga mineração, não se pode estranhar que a milagrosa gruta de Uba-raja fosse uma fábrica de salitre, cujo mineral foi ganho pelo sistema de filtração artificial, usado ainda hoje na Síria e na Ásia Menor.

.....

A estrada do Longá, saindo do Lago São Domingos, andava no primeiro trecho junto com a estrada de Ibiapaba, devida aos pântanos que formou o Longá, no seu curso inferior. Depois, passando o rio Pirangi, dividiu-se a estrada, num lugar marcado por diversas inscrições descobertas, há poucos anos, pelo professor Alvaro Freire. Existe ali uma pequena cachoeira com poços de água limpa, e nesses poços, fora e dentro, acham-se leitreiros com caracteres de escritura feniça e demótico-egípcia. O letreiro da Serra dos Arcoos já está meio gasto pelo tempo, mas aqui as letras são bem legíveis e mostram o mesmo sistema de escritura, como as grandes

inscrições de Pedra Lavrada do Seridó, no Rio Grande do Norte.

A região das minas começa, indo para o Sul, acima da confluência do rio Longá com o rio Piracuruca, antigamente chamado rio dos Geníppos. Ali começam as "barras", que se estendem, na margem do rio Longá, numa linha de mais de 60 quilômetros. São antigos açudes, que tinham duas finalidades: fomentar a agricultura e facilitar a lavagem de ouro. As serras do município de Barras que flanqueiam o curso do rio Longá contêm quartzo branco e quartzo preto em grandes blocos, o sinal de que naqueles morros existem filões auríferos. Além disso, existem ali nos rochedos dúzias de leitreiros e sinais de minérios, pintados com tinta encarnada. Os moradores da região confirmam que nos leitos dos riachos que vêm das serras, acham-se muitas vezes, no fim do inverno, pequenas pepitas de ouro. Um velho ourives da cidade de Barras declarou ao autor que conhecia muitos lugares onde se podia procurar ouro fino.

Esses indícios provam que 2.000 anos atrás o curso médio do Longá foi uma região onde se encontrava "ouro de aluvião", quer dizer, ouro fino ou em pepitas que foram levadas pela ação de água dos cascalhos que existem dentro das serras. Mas o ouro não cresce no interior do solo; é um metal nativo que saiu, junto com o quartzo, em estado líquido, do fundo do nosso globo, na época da formação da crosta terrestre. Quando num lugar onde aparece ouro começa-se o trabalho intensivo de lavagem de ouro dos cascalhos, é muito provável que a quantidade de ouro na flor da terra fique esgotada em poucos decênios. Por isso, a circunstância de que hoje se encontram nos riachos afluentes do Longá, só raras vezes, pepitas de ouro, não diminui a probabilidade de que no tempo dos Fenícios a produção de ouro, na mesma região, fosse considerável. A prova é o grande número dos açudes. Sem água não se pode lavar o ouro do pedregulho dos cascalhos. Sobre esse ponto fez o autor demorados estudos na zona aurífera do Maranhão, principalmente na região do rio Maracá-Sumé. Ali pode-se ver como o trabalho de mineração no tempo dos Fenícios foi muito mais desen-

volvido do que na época atual, pelo menos no Norte do Brasil. A respeito das minas auríferas de Barras, deve-se ainda constatar que ali não existem grutas com corredores indicando que os antigos mineiros já tiravam os filões do interior das serras. Eles tiravam o ouro só dos cascalhos e deixavam intactos os filões. Ai está uma perspectiva promissora para o futuro.

.....

Existem mais outros vestígios de antigas minas de ouro. No município de Piracurua, perto do lugar Piedade, no sítio de Cachoeira, existe um olho d'água, onde aparecem no fim do inverno pequenas pepitas de ouro. Pelas chuvas forma-se um riacho que seca no verão. Em redor levanta-se uma serra com morros meios altos e, no pé de um destes, existe uma furna com uma entrada de metro e meio de largura. O corredor é inclinado e mede quase doze metros; as paredes mostram pedras quebradas com ferramentas pesadas; não se descobre qualquer sinal de erosão. É um corredor da mina, onde se procurou o filão aurífero. No fundo do corredor existe a água, que se manifesta pelo estrepito que causa uma pedra jogada para o fundo da furna. Água aparece em qualquer mina, e a sua tiragem por meios mecânicos é sempre um dos primeiros cuidados do engenheiro competente.

No município de Periperi, na região do rio Corrente, afluente do Longá, estendem-se as veias de quartzo branco até uma serra chamada "dos tocaias". Ali está um rochedo alto e isolado, cujo mineral é quartzo e mármore. O perto mineiro suporá logo que ali existe ouro e, examinando o rochedo, depara ele com uma furna com a entrada regular de um e meio metro de largura. O corredor, um pouco em declive, vai longe para dentro e faz diversas voltas. Mas com a distância de 5 metros, medidos da entrada, repara-se na parede do corredor uma cavidade, e, no meio, um espesso cristal de rocha. A população católica do município venera essa furna, crendo que o cristal de rocha seja uma imagem de Santo Antônio, e que a água que se junta abaixo do cristal tenha forças

curativas. O vigário de Piracurua visitou a furna acompanhado de muito povo e reprovou essa crença, pois o cristal nada possuía de comum com uma imagem de santo. Mas o povo continua a visitar o lugar e a levar de lá a "água milagrosa de Santo Antônio".

O caso não tem nada de milagre. No inverno de 1923/24 a violência das águas grandes quebrou grandes blocos de pedras de Spath, na serpentina que sobe de Ipu ao barranco da Ibiapaba. Essa entrada foi construída com grandes esforços no tempo do governo do dr. Epitácio Pessoa, mas a força elementar das chuvas daquele inverno mostrou-se superior e rasgou do alto barranco blocos enormes que cobriram a serpentina. Um desses blocos quebrou em pedaços porque tinha no interior uma larga cavidade, em cujas paredes foram formados espessos cristais octaédricos de rocha, de comprimento até de 30 centímetros. O digno juiz de direito de Ipu, dr. Souto Maior, alcançou salvar um desses cristais da ganância dos negociantes ambulantes. — No rochedo dos Tocaias existem as mesmas formações. Os mineiros antigos, abrindo o corredor da mina, perfuraram com alavanca a pedra que tinha no interior uma cavidade com cristais. Quando os mineiros abandonaram a mina, o piaga a aproveitou para seus fins religiosos, e de lá partiu a crença popular a respeito da imagem.

Perto de Periperi, na fazenda chamada "Curral de Pedras", existia um carnocim (antigo cemitério) de um sistema muito característico. Rochedos baixos e pedras isoladas estão espalhadas sobre uma grande área; mas, num certo ponto, as pedras estão juntas e formam pequenas furnas, com cavidades de um a três metros quadrados. Estas furnas são ligadas por estreitos corredores e serviam de depósitos para urnas funerárias. Moradores contam que antigamente foram tiradas dessas furnas muitos vasilhames de barro com ossos humanos. Em 1924 um vaqueiro do Cel. Facundo Rezende encontrou, do proprietário da fazenda, uma grande urna intacta, da altura de um metro, com capote, cheia de terra e ossos, colocada a um canto de uma dessas furnas. Temos aqui uma prova de que os Tupis não enterravam sempre seus

mortos dentro de valas, mas faziam também necrópoles, no costume dos povos pelagios. Eles sabiam queimar de barro grandes urnas que eram cobertas com capotes, ligados com as urnas por matérias colantes de grande resistência. O corpo do morto ficava embalsamado e, se fosse necessário, cortado nas juntas, para encher melhor a urna.

O corpo se conservava sentado e a cabeça estava diretamente em baixo do capote. Centenas de camocins com urnas enterradas foram encontrados em tôdas as partes do Brasil; mas não se pode sempre verificar se ali estavam corredores subterrâneos, onde foram colocadas as urnas, ou se estas foram enterradas no chão. Mas aqui, em Periperi, havia uma necrópole com subterrâneos e corredores, apesar do sistema rudimentar e primitivo.

Esse ponto tem sua importância, a respeito da religião dos Tupis, e permite-nos compreender a significação das outras necrópoles, como a pirâmide de Marvão e a "Gruta do Caboclo", na Paraíba. O culto dos mortos é uma parte essencial da religião dos povos, e quanto mais elevado é esse culto, tanto mais devemos qualificar um povo como civilizado. A crença da imortalidade das almas é um patrimônio comum de todos os povos que foram ensinados pelos membros da Ordem dos Magos ou das filiais, das quais uma foi a ordem dos piagas.

Existem na crença de imortalidade duas correntes: a crença na continuação da vida da alma, depois da morte, num reino espiritual, e a crença na ressurreição da carne (quer dizer, do corpo) no dia do último juízo. O credo da Igreja cristã adotou a ressurreição da carne, mas admite também a continuação da vida espiritual da alma, o que sempre foi um ponto difícil para a compreensão popular. Todos os povos que acreditaram na ressurreição da carne, principalmente os Egípcios, embalsamaram os mortos para o fim de que estes pudessem aparecer bem conservados no dia do juízo. Os Faraós, os nobres, os sacerdotes, como também os particulares e populares, homens e mulheres, não foram apenas embalsamados, mas também sepultados com muitas jóias e objetos de valor, conforme a riqueza dos respectivos finados. Estes

queriam comparecer perante Deus na aparência da sua antiga posição social, providos de meios financeiros, para se manterem na vida futura. Por isso os Faraós e todos os Egípcios ricos juntavam durante sua vida grandes quantidades de ouro, que deviam ser depositadas nos seus sarcófagos. Os expertos comerciantes fenícios, que foram os fornecedores de ouro para os Egípcios, sustentaram com grande interesse essa crença. Achavam também muito justo que os Egípcios embalsamassem da mesma maneira seus animais santos, não só gatos e diversas aves, mas também crocodilos de dez a mais metros de comprimento, e todos os touros "Apis". Para esse processo de conservação gastavam os piedosos Egípcios, anualmente, pelo menos mil toneladas de salitre, que aqueles negociantes procuravam, com alto lucro, das grutas de salitre do Brasil.

Os piagas dos Tupis tinham a mesma crença, pelo menos isso se manifesta na colocação das urnas funerárias em furnas e subterrâneos, de onde os mortos poderiam facilmente ressuscitar, ao chamado de Deus. Também davam aos mortos, nas urnas, qualquer objeto de arte ou de valor com a finalidade de não aparecerem inteiramente pobres no último dia. Os Cariris da Serra de Borborema, na Paraíba, usaram muito esse culto, como provam a mencionada necrópole da "Gruta do Caboclo" e o grande camocin de Itabalana. No Piauí possuíamos a pirâmide de Marvão que foi, durante muitos séculos, uma necrópole e é hoje ainda um cemitério cristão. É um rochedo de 15 metros de altura, quase isolado e rudemente cavado no interior. Duas portas opostas dão entrada e um funil na cúpula deixa entrar luz e ar. No centro repararam-se ainda no chão as pedras quebradas que formaram provavelmente o dólmen, o altar da antiga religião, enquanto em redor estavam em pequenas cavidades as urnas funerárias. No fim do século passado o rev. bispo do Piauí encarregou dois sacerdotes de mandarem remover os restos das urnas quebradas e colocarem, no fundo, um pequeno altar com candeieiros, onde os parentes dos enterrados acendessem as velas.

Mas qual foi a origem dessa pirâmide? — Não dispunhamos com os erodionistas que vão responder logo: "Tudo é obra da natureza". Nós comparamos esse rochedo escavado com diversos túneis, que são obras inegáveis de mineração. A pirâmide foi primeiramente um túnel do mesmo sistema dos túneis da Ibiapaba, com o funil de ventilador. Um rochedo isolado numa planície com veias de quartzo sempre atrai a curiosidade do mineiro profissional que logo opina que no interior do rochedo poderiam achar-se veias ou cascalhos de minérios de valor. Naquele tempo ninguém receiava o trabalho; a lei do menor esforço não fora ainda descoberta. Os tupis-guaranis angariaram com facilidade centenas de trabalhadores tapuias; a alimentação fornecia-a o próprio mato, e do prazo ninguém se incomodava. Se uma obra demorava um mês ou seis meses em nada influiu; não havia pagadores para entregarem a cada um o seu ordenado.

Assim foi cavado primeiro um túnel com galerias para examinar e extrair os minérios; depois os chétes da empresa acharam o lugar próprio para uma casa grande que pudesse servir de estação da entrada e da viagem. Encontramos muitas estações e casas de pedras do mesmo sistema. Esta casa de Marvão daria uma albergaria excelente e um bom depósito para mercadorias e material de toda qualidade. Séculos depois, quando os Fenícios desapareceram, ficou a pirâmide para o uso do piaga e do povo.

Os antigos mineiros percorreram o Piauí inteiro. Nas serras do município de União existem diversos buracos cavados pela mão do homem, que são vestígios da procura de minerais. Na serra encantadora de Ita-mara-Ti ("As pedras com grandes cascatas"), hoje chamada Pedro II, existem jazidas de diversos minerais. Furnas se conhece duas, mas é provável que se encontrem mais. Na serra de Campo Maior, no lugar Boqueirão, existe uma furna que indica a existência de uma mina. Perto de Teresina, entre os lugares Fogos dos Santos e Cacimba Velha, existe uma furna com corredores.

Um grande centro de mineração foi a região de Valença. Ali existem dúzias de furnas e buracos, cavados na

procura de metais e para a filtração de salitre. O ponto mais conhecido é o subterrâneo fechado de Burtizal. Nosso desenho mostra o aspecto do morro misterioso, tomado do outro lado do rio, numa distância de 200 metros. Parece uma grande porta de pedras fechada no meio por um cadeado. Em cima da porta reparou-se uma placa lisa com letras e sinais hieroglíficos. Passando o leito pedroso do riacho (que seca no verão) e chegando perto do morro, enxerga-se que a porta é formada por grandes pedras toscas que fecham a entrada de uma furna. As fendas entre as pedras grossas são enchidas com pedras menores e barro, mostrando claramente que a entrada foi fechada propositadamente. A placa com escriptura contém muitos sinais, semelhantes aos leitreiros das grutas da Bahia.

Não se pode duvidar que a furna fosse obra de mineração e talvez fossem os mineiros mesmos que fecharam a entrada, para deter outros exploradores. Mas pode ser que a mina ficasse abandonada, com todas as outras, e o povo aproveitou a furna como camocim, quer dizer como depósito de urnas. A tribo que morava ali emigrou talvez para uma outra região, e não querendo que outra tribo ou os tapuias quebrassem as urnas, fecharam eles, assim, a entrada. Os moradores contam hoje muitas histórias sobre a "porta fechada", mas todos concordam que dentro da furna morreu ou foi enterrada muita gente; por isso ninguém tem a coragem de abrir a porta e examinar o interior.

Indo de Valença no rumo de Sudoeste, na distância de 30 quilômetros, existe uma antiga aldeia com ruas retangulares e casas, construídas com pedras toscas, no estilo pelásco. Esse lugar foi descoberto pelo intelectual piaulense João Ferry, que encontrou ali muitos objetos curiosos e artísticos de pedras lisas e polidas. Achamos conveniente dedicar à região de Valença um estudo especial que enriquecerá indubitavelmente os nossos conhecimentos do "Piauí Pré-histórico", no alto grau.

Concluo aqui a primeira parte do meu trabalho sobre a antiguidade brasileira. Era minha intenção publicar num único livro todo o material, colecionado nos Estados do Norte e Nordeste, desde Maranhão até Bahia. As dificuldades tipográficas foram, porém, tão grandes, que fui obrigado a dividir esse material em diversas partes, que serão publicados sucessivamente.

Começar a obra com Piauí parecia conveniente por duas circunstâncias. Estou inteiramente convicto de que a primeira época civilizatória do Brasil se iniciou no vale do rio Parnaíba, e que as afamadas Sete Cidades, o antigo Piauí, foram o primeiro centro intelectual e nacional dos povos tupis. Além disso foi o erudito Governador do Estado do Piauí, o sr. dr. MATIAS OLÍMPIO DE MELO, que se dignou de ajudar generosamente os meus trabalhos. Sem o valeroso auxílio desse eminente estadista não podia eu juntar os documentos petroglíficos e geográficos que sustentam as minhas teorias. Meu profundo sentimento de gratidão, perante o excelentíssimo chefe de Estado, dirige-se também a tantos ilustres intelectuais do mesmo Estado, que favoreceram pelas suas nobres simpatias minha modesta obra.

Teresina, maio de 1928

O AUTOR

Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas
de GOLDEN STAR PUBLICADORA LTDA.
Rua Dois de Maio, 698, Jacaré - RJ.

analisada. Inscrições petroglíficas encontradas em diversos pontos do país, principalmente no Nordeste, bem como túneis, grutas e subterrâneos têm sido atribuídos a engenheiros mine-
radores da antiguidade. Vários autores sugerem que frota dos reis Davi e Salomão, da Judéa, Hirã, da Fenícia, gregos, egípcios, macedônios, cartagineses, teriam estado no Brasil.

Mas, de quantos se dedicaram ao assunto, foi Ludwig Schwennhagen, nesta obra, quem mais nele se aprofundou, com impressionante poder de análise e profundo conhecedor da história da antiguidade, de filologia e etimologia, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Viena, tendo vivido no Brasil durante muitos anos, na primeira metade deste século, e viajado por quase todo seu território em demoradas pesquisas.

De repente, ao ler esta obra o leitor se surpreende ao descobrir tantos detalhes sobre nossa história e nossas origens, que, por certo, começará a revisar seus conceitos.

Os Editores

Somos filhos de Canaã, de Sidon, a cidade do rei. O comércio nos trouxe a esta distante praia, uma terra de montanhas. Sacrificamos um jovem aos deuses e deusas exaltados no ano 19 de Hirã, nosso poderoso rei. Embarcamos em Ezion-Geber, no mar Vermelho, e viajamos com 10 navios. Permanecemos no mar juntos por dois anos, em volta da terra pertencente a Ham (África), mas fomos separados por uma tempestade e nos afastamos de nossos companheiros e assim aportamos aqui, 12 homens e 3 mulheres. Numa nova praia, que eu, o almirante, controlo. Mas auspiciosamente possam os exaltados deuses e deusas intercederem em nosso favor.

No dia 7 de julho de 1896 foram encontradas em Pouso Alto, na Paraíba, umas inscrições gravadas numa pedra. Tendo despertado na ocasião grande interesse, foram estudadas no Brasil e consideradas apócrifas. Posteriormente o sábio francês Ernesto Renan afirmou serem inscrições fenícias, gravadas naquela pedra há cerca de 3.000 anos.

Seguindo para os Estados Unidos há quase um século, finalmente o prof. CYRUS GORDON, da Universidade de Brandeis, em Boston, reconhecida autoridade em línguas mediterrâneas, afirmou serem realmente inscrições fenícias, e traduziu-as. Seu texto, em português, está reproduzido acima.